

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## **O Papel da Diplomacia Económica na Atração de Investimento Direto Estrangeiro**

Paulo Cristiano da Cruz Quimbango

Mestrado em Economia da Empresa e da Concorrência

Orientador:

Professor Doutor Nuno Miguel Pascoal Simões Crespo,  
Professor Associado com Agregação,  
Departamento de Economia, ISCTE Business School

Setembro, 2024



BUSINESS  
SCHOOL

---

Departamento de Economia

## **O Papel da Diplomacia Económica na Atração de Investimento Direto Estrangeiro**

Paulo Cristiano da Cruz Quimbango

Mestrado em Economia da Empresa e da Concorrência

Orientador:

Professor Doutor Nuno Miguel Pascoal Simões Crespo,  
Professor Associado com Agregação,  
Departamento de Economia, ISCTE Business School

Setembro, 2024



*Dedico essa dissertação à minha querida mãe, que ficaria muito orgulhosa ao ver que cheguei nessa etapa da minha vida. Apesar dela ter se calado, a sua voz continua sonante dentro de mim.*



## **Agradecimento**

Primeiramente quero agradecer à Deus por permitir que eu chegasse nessa etapa do meu mestrado, sendo este o ponto mais alto ao longo dos 2 anos de formação. Sou e serei eternamente grato à minha adorável esposa Benilda Quimbango pela força, companheirismo e compreensão ao longo da formação e da elaboração da presente dissertação. De igual modo, agradeço aos meus filhos, Cristiano Quimbango, Uziel Quimbango e o Zion Quimbango, que algumas vezes se sentiram abandonado por conta da atenção que tinha que ser dividida entre eles e a formação.

Agradeço ao meu orientador Professor Nuno Crespo, pela disponibilidade e pela forma clara e objetiva como me orientou nesse trabalho. Não deixaria de agradecer à todos aqueles que contribuíram para que essa formação e essa dissertação fosse possível, nomeadamente, a Professora Nádia Simões pela disponibilidade e pela forma pedagógica que transmitiu os conteúdos de investigação científica, os meus colegas Carmo Fernandes e Rui Silva pela empatia e colhimento, em especial o Paulo Barros que incansavelmente revisou e apontou melhorias à presente dissertação.

Por fim, e não menos importante, o meu profundo agradecimento aos meus irmãos pela força e pelo amor que nos mantém unidos. Um agradecimento especial ao irmão que a vida me deu, Evaristo Hisidivale, que por mais difícil que as coisas estejam, sempre tem estado presente em todas as fases da minha vida. Agradeço ainda aos meus tios, Tiago Cruz e Albertina Capata pela preocupação e por todo apoio que me concederam ao longo dessa jornada.



## Resumo

O presente estudo investiga o papel da diplomacia económica na atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em países africanos, com particular relevância para Angola. O IDE sendo uma forma de investimento transfronteiriço, é considerado essencial para o desenvolvimento económico devido o seu potencial de gerar novos postos de trabalho, aumentar a competitividade e promover a transferência de *know-how*. O continente africano apesar de representar 14% da população mundial, apenas absorve uma pequena parcela do IDE global, com grande parte concentrada no setor extrativo, principalmente na indústria petrolífera. O estudo analisa como a diplomacia económica, incluindo as redes diplomáticas e acordos bilaterais e multilaterais de investimento, impacta a captação de IDE dentro das economias africanas. Utilizando um modelo econométrico aplicado a 10 economias africanas, os resultados sugerem que, embora os recursos naturais sejam um fator-chave, a eficácia da diplomacia económica, particularmente a ratificação de tratados internacionais, é determinante na atração de investimentos. O estudo conclui que Angola deve melhorar as suas políticas de diplomacia económica, especialmente em comparação com países como Moçambique e Egipto, que se destacam pelo número de acordos bilaterais e multilaterais de investimento, levando a um maior nível de captação de IDE. As principais limitações da pesquisa prendem-se na ausência de entrevistas e o número de países analisados. Para futuras investigações, sugere-se a inclusão de mais variáveis e a expansão do número de países no sentido de ampliar a discussão em volta dessa temática.

**Palavras-chave:** Investimento Direto Estrangeiro (IDE); Angola; Países Africanos; Acordo Bilateral de Investimento; Tratados Multilaterais de Investimento.

**JEL:** F21, F23, F53, O55, O57



## Abstract

This study investigates the role of economic diplomacy in attracting Foreign Direct Investment (FDI) in African countries, with particular relevance to Angola. As a form of cross-border investment, FDI is considered essential for economic development due to its potential to generate new jobs, increase competitiveness and promote the transfer of know-how. Although the African continent accounts for 14% of the world's population, it only absorbs a small proportion of global FDI, much of it concentrated in the extractive sector, mainly in the oil industry. The study analyses how economic diplomacy, including diplomatic networks and bilateral and multilateral investment agreements, impacts the attraction of FDI within African economies. Using an econometric model applied to 10 African economies, the results suggest that while natural resources are a key factor, the effectiveness of economic diplomacy, particularly the ratification of international treaties, is a determining factor in attracting investment. The study concludes that Angola must improve its economic diplomacy policies, especially in comparison with countries like Mozambique and Egypt, which stand out for the number of bilateral and multilateral investment agreements, leading to a higher level of FDI attraction. The main limitations of the research are the lack of interviews and the number of countries analysed. For future research, we suggest including more variables and expanding the number of countries in order to broaden the discussion around this issue.

**Keywords:** Foreign Direct Investment (FDI); Angola; African Countries; Bilateral Investment Agreement; Multilateral Investment Treaties.

**JEL:** F21, F23, F53, O55, O57



# Índice

<b>Agradecimento</b> .....	<b>iii</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>v</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>vii</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>2. Revisão da Literatura</b> .....	<b>3</b>
<b>2.1. Diplomacia Económica</b> .....	<b>3</b>
2.1.1. <i>Soft Power vs Hard Power</i> .....	4
2.1.2. Diplomacia Económica .....	4
2.1.3. Evolução da Diplomacia Económica.....	6
2.1.4. Acordos Internacionais.....	7
2.2.1. Determinantes de IDE .....	8
2.3.1. Distribuição do IDE Mundial .....	12
2.3.2. Dinâmica do IDE em Economias em Desenvolvimento .....	14
2.3.3. IDE em África .....	14
2.3.4. Análise Comparativa do Stock de IDE nos Países Seleccionados .....	16
2.3.5. Análise da Economia dos Países Seleccionados .....	19
2.3.6. Canais e Instrumentos Diplomáticos .....	22
<b>3. Metodologia</b> .....	<b>23</b>
<b>3.1. Metodologia Aplicada</b> .....	<b>23</b>
<b>3.2. Base de Dados</b> .....	<b>23</b>
<b>3.3. Horizonte Temporal e Fontes de Dados</b> .....	<b>25</b>
<b>3.4. Descrição das Variáveis</b> .....	<b>26</b>
3.4.1. Variável Dependente .....	26
3.4.2. Variáveis Independentes.....	27
3.4.3. Tratamento dos Dados.....	29
3.4.4. Dados em Falta.....	29
3.4.5. Especificação do modelo.....	30
3.4.6. Identificação e Eliminação de Outliers.....	31
<b>4. Resultados e Discussão</b> .....	<b>33</b>

<b>4.1. Resultados</b> .....	34
4.1.1 Resultados do Modelo Principal.....	34
4.1.2 Análise por País.....	36
4.1.3 Análise Agrupada.....	38
<b>4.2. Discussões</b> .....	39
4.2.1 Análise Separada .....	39
4.2.2 Análise Agrupada.....	40
<b>5. Conclusões</b> .....	<b>43</b>
<b>5.1. Limitações da Pesquisa</b> .....	45
<b>5.2. Sugestões para Investigações Futuras</b> .....	45
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>47</b>

## Índice de Tabelas

Tabela 2.1 - Determinantes de IDE.....	11
Tabela 2.2 - Fluxo de Entrada de IDE por região em Mil Milhões de Dólar Americano .....	12
Tabela 2.3 - Principais Destinos de IDE Mundial em Mil Milhões de Dólar Americano .....	13
Tabela 2.4 - Fluxo de Entrada de IDE em África em Mil Milhões de Dólar Americano .....	16
Tabela 2.5 - Stock de IDE nos Países Seleccionados em Mil Milhões de Dólar Americano ....	16
Tabela 2.6 - Comparação do Crescimento Relativo.....	18
Tabela 2.7 - Comparação do Crescimento Relativo.....	19
Tabela 2.8 – Rede Diplomática e Stock de IDE Acumulado .....	22
Tabela 3.1 - Critério de Seleção de Pares de Comparação.....	24
Tabela 3.2 - Fonte de Dados.....	26
Tabela 4.1 - Descrição Estatística .....	33
Tabela 4.2 - Análise da correlação com 8 variáveis independentes .....	34
Tabela 4.3 - Análise da correlação com 6 variáveis independentes .....	34
Tabela 4.4 - Análise da correlação com 4 variáveis.....	35
Tabela 4.5 - Modelo Empírico .....	35
Tabela 4.6 - Variáveis Significativas nas Regressões por País .....	36
Tabela 4.7 - Ranking da Diplomacia Económica mais Eficiente.....	42



## Índice de Gráfico

Gráfico 2.1 - Tratados de Investimento Internacional.....	8
Gráfico 2.2 – Distribuição % do IDE Global .....	13
Gráfico 2.3 – Distribuição % do IDE Economias em desenvolvimento .....	14
Gráfico 2.4 - Fluxo de Entrada de IDE em África em Mil Milhões de Dólar Americano.....	15
Gráfico 2.5 - Stock de IDE nos Países Seleccionados em Mil Milhões de Dólar Americano...	17
Gráfico 2.6 - Produto Interno Bruto (PIB) .....	20
Gráfico 2.7 - Flutuações da Taxa de Crescimento do PIB .....	21
Gráfico 2.8 - Boxplot - Identificação e Eliminação de Outliers.....	31



# Introdução

Inúmeros fenómenos vêm transformando o mundo em que vivemos. Frequentemente designados como globalismo ou globalização, têm mudado a forma como indivíduos, empresas e governos interagem, num contexto de enormes avanços tecnológicos, gerando transformações culturais, sociais e económicas. Nesse último domínio é notável o aumento do grau de dependência entre os países.

A globalização como um processo de aumento do globalismo<sup>1</sup> (Keohane & Nye, 2012), tem o seu próprio conjunto de regras para os países, estas que giram em torno da abertura, desregulamentação e privatização da sua economia, a fim de a tornar mais competitiva e atrativa para empresas estrangeiras (Friedman, 2000), assim, os governos de diferentes países têm demonstrado especial atenção às relações externas, na manutenção da sua reputação diante das instituições internacionais e na construção de uma estratégia de diplomacia económica eficiente com a finalidade de atrair empresas estrangeiras para a sua economia.

No presente trabalho, analisamos o papel da diplomacia económica na atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). O investimento direto estrangeiro é o investimento transfronteiriço através do qual os investidores estrangeiros estabelecem uma influência estável e duradoura sobre as empresas nacionais (IMF, 2023) e ocorre de diferentes formas, seja através de aquisições, fusões, *Joint-Ventures* ou *Greenfield Project*. A atração de empresas multinacionais para uma determinada economia depende de vários fatores que abordaremos ao longo do segundo capítulo.

O estudo da literatura existente permitiu-nos perceber que este é um campo de estudo muito complexo, não havendo conclusões absolutas sobre os determinantes da atração de IDE conforme apontado por Blonigen e Piger (2014), pois eles podem variar de acordo com cada economia. Esta dissertação pretende analisar a política externa dos países africanos, com enfoque na economia angolana, fundamentalmente no domínio da diplomacia económica, e responder a algumas questões essenciais para a compreensão do assunto, tais como: (1) Qual é o papel da diplomacia económica angolana na captação de IDE? (2) Como se posiciona a diplomacia económica angolana em relação aos seus pares regionais? (3) Quais estratégias

---

<sup>1</sup> Keohane & Nye no seu livro *Power and interdependence* (4ª Ed.) definem globalismo como um estado do mundo que envolve redes de interdependência a distâncias multicontinentais, ligadas através de fluxos e influências de capital e bens, informação e ideias, pessoas e força, bem como substâncias ambiental e biologicamente relevantes.

específicas têm se revelado eficazes na promoção e facilitação do IDE em África, particularmente em Angola?

A relevância deste trabalho de investigação reside no facto de a economia angolana ter sofrido muitos choques com as crises do preço do petróleo, em resultado da sua forte dependência a esta *commodity*, situação que tem chamado a atenção dos decisores políticos para a necessidade de diversificação da economia, o que implica a promoção das exportações de produtos não petrolíferos e a atração de investimento direto estrangeiro. Assim, importa destacar que o presente trabalho contribuirá para o preenchimento de lacunas existentes na literatura sobre o papel da diplomacia económica na atração de IDE em países africanos, sobretudo Angola.

A nossa hipótese é de que os instrumentos de diplomacia económica são variáveis explicativas para atração de IDE nas economias africanas.

Para melhor discussão, procuramos delimitar os países dentro da nossa análise, os mesmos foram seleccionados de acordo com critérios de localização geográfica, semelhança económica e proximidade linguística ou cultural. Esta delimitação foi considerada para melhor compreendermos a dinâmica das diferentes economias e como elas têm conseguido atrair IDE.

Assim, para além deste capítulo introdutório, e para dar resposta as nossas questões de investigação, dividimos a pesquisa em 4 partes. Na primeira parte, procuramos apresentar uma revisão sistemática da bibliografia, onde exploramos os principais conceitos e examinamos a visão de vários autores que já dissertaram sobre o tema, e procuramos incluir um subtópico sobre evidências, onde apresentamos alguns dados estatísticos do IDE global e a sua dinâmica, com maior enfoque em alguns países africanos. A segunda parte foi dedicada a metodologia, onde apresentamos a estrutura da base de dados utilizada para nossa análise empírica e construção do modelo econométrico de regressão linear. É importante realçar que para uma análise mais completa, procuramos construir uma abordagem global e uma outra por país, com vista a compreender melhor o impacto de cada variável dentro das economias individualmente. Na terceira parte apresentamos os resultados e discussão dos modelos gerados, neste ponto levantamos algumas discussões com base nos resultados encontrados e na literatura. Por fim, na última parte, são apresentadas as principais conclusões do tema, limitações, sugestões de investigações futuras e recomendações para aplicação prática do tema.

## CAPÍTULO 2

# Revisão da Literatura

### 2.1. Diplomacia Económica

As constantes mudanças que se verificam nas relações humanas, na tecnologia e na cultura têm despertado atenção de pesquisadores, a fim de compreenderem o impacto e o desenvolvimento do futuro da economia. Após a Guerra Fria, que terminou com a queda do Muro de Berlim em 1989, o sistema internacional transformou-se radicalmente, permitindo a entrada de novos intervenientes no mercado global, ou seja, um grande número de pessoas e países capazes de participarem e serem afetados pela economia globalizada e pelas redes de informação de hoje (Friedman, 2000). A globalização é um fenómeno que divide opiniões, por um lado posicionam-se os pró-globalização e por outro os antiglobalização, estes últimos que defendem que a abertura comercial pode prejudicar as economias mais pobre por não apresentarem robustez capaz de competir com concorrentes altamente organizados do ocidente e do extremo oriente (Thamer, 2013), de acordo com Lee (2010) considera que a globalização aumenta a vulnerabilidade económica e/ou abre novas oportunidades para o crescimento do comércio e do investimento no mercado mundial. Importa notar que, os países estão mais estreitamente ligados a nível internacional, com organizações económicas como a União Europeia, a NAFTA, Mercosul e outros blocos económicos (Acemoglu & Robinson, 2006), as forças de mercado decorrentes da revolução industrial e do processo de globalização produziram grandes ganhos económicos para os países envolvidos. No entanto, a globalização desencadeou também grandes perturbações e desigualdades sociais (Keohane & Nye, 2012).

A condução da política externa que é exercida por meios diplomáticos, através do diálogo, negociação e representações (Ruffini, 2016). As relações diplomáticas entres os Estados assumiram a sua forma jurídica a partir do Tratado de Vestefália de 1648<sup>2</sup>. Ao longo dos últimos anos, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, as relações internacionais ganharam outra dimensão, com ênfase no *soft power*, por parte dos sujeitos de direito internacional em resultado das melhorias introduzidas pela Comissão de Direito Internacional da ONU em 1947, que

---

<sup>2</sup> O Tratado de Vestefália de 1648 pôs fim à Guerra dos Trinta Anos e inaugurou uma nova era da política internacional, com o reconhecimento da soberania entre os Estados.

resultaram na assinatura de diferentes Tratados, como a importante Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, que segundo Accioly et al. (2012) pode ser considerada como um dos mais bem-sucedidos exemplos de codificação no campo do direito internacional.

Nas últimas décadas, a diplomacia passou por muitas transformações, de modo que deixou de ser conduzida numa lógica puramente *hard power*, onde o uso da força era privilegiado para impor a vontade dos Estados sobre outros, tendo evoluído para uma abordagem de *soft power* - o poder de informação, socialização, persuasão e discussão - (Slaughter, 2004). A diplomacia deixou de ser um instrumento limitado as abordagens políticas, para se preocupar também com a economia, o ambiente, a ciência e a diplomacia digital (Ruffini, 2016), ações focadas no processo de influência dos atores internacionais.

A diplomacia económica surge como um dos temas de capital importância no domínio da política externa. A sua relevância reside no facto de as transformações económicas e sociais, influenciadas pela abertura dos mercados globais, exigirem respostas ágeis dos responsáveis pelo poder e pela máquina política sobre determinados problemas transnacionais (Slaughter, 2004). O ambiente mundial está em constante mudança e todas as economias têm evidenciado esforços para se adaptarem às novas tendências globais. Neste contexto, a diplomacia económica destaca-se como o principal instrumento de promoção dos interesses económicos e de implementação de políticas externas (Leal, 2017).

#### 2.1.1. *Soft Power vs Hard Power*

A compreensão do centro do poder é fundamental, pois ele é a moeda da política das grandes potências, sendo a razão pelo qual os Estados disputam entre si (Mearsheimer, 2014), ora, o conceito de *soft power* e *hard power* têm sido amplamente discutidos no campo das relações internacionais, pois refletem a forma de atuação dos Estados, na visão de Nye (2004) *soft power* refere-se à capacidade de alcançar o que se deseja através da atração, sem recurso à coerção ou pagamento, enquanto o *hard power* é a capacidade de alcançar os próprios objetivos através da força, que pode assumir a forma de uma demonstração de força militar ou ameaças de sanções económicas.

#### 2.1.2. Diplomacia Económica

Para compreender o papel da diplomacia económica na atração de investimentos externos, é essencial perceber o seu conceito que apesar das diferentes visões muitas delas convergem em

inúmeros aspetos. A diplomacia económica reflete a forma como os Estados processam as suas decisões internas e como negociam na arena internacional com os seus pares, bem como estes dois fatores (interno e externo) interagem na prossecução das políticas públicas (Bayne & Woolcock, 2017), na visão de Berridge (2010) a diplomacia é uma ferramenta usada pelo Estado para alcançar os seus objetivos políticos internacionais. Numa visão mais inclusivista, Choi (2023) aponta que a diplomacia económica pode ser entendida como uma actividade conjunta que une esforços políticos e empresariais, com vista a promover e facilitar oportunidades económicas entre os seus países ou grupos de países, nesta visão perceber-se que o Estado deixa de ser o único ator, permitindo que terceiros não-estatais exerçam um papel crucial na aplicação da política externa.

Estas visões são essenciais para a consolidação dos conceitos e instrumentos de políticas externa nesse campo de estudo. É importante salientar que frequentemente se discute a diferença entre a diplomacia económica e a diplomacia comercial, que segundo Chatterjee (2020) esta última tem um âmbito mais limitado em relação a primeira, pois ela se preocupa com o comércio e transações entre os Estados, que se fundam essencialmente em acordos bilaterais entre os Estados envolvidos, ao passo que a primeira visa a maximização dos ganhos nacionais em todos os campos de atividade (Rana, 2011) Apud (Chatterjee, 2020). Num estudo anterior, Saner et al. (2003) distinguem as mesmas considerando que a diplomacia económica preocupa-se com questões de política económica, assim os diplomatas económicos monitorizam e elaboram relatórios sobre políticas económicas em países estrangeiros e aconselham os seus governos sobre a melhor forma de influenciar estes Estados, já a diplomacia comercial prende-se no trabalho das missões diplomáticas em apoio ao setor empresarial e financeiro do país de origem na sua busca pelo sucesso económico e pelo objetivo geral do país de desenvolvimento nacional. Uma outra perspetiva sobre essa temática é defendida por Côté et al.(2020) que apontam que a diplomacia comercial é sinónimo de diplomacia económica, os autores segmentaram a diplomacia comercial em duas categorias, por um lado, a diplomacia comercial pelo qual os Estados assinam os tratados que definem as regras do jogo, e por outro, a diplomacia comercial através da qual estes acordos são apoiados pela criação de agências de promoção do comércio e do investimento, com a finalidade de promover as exportações das empresas nacionais e atrair novo IDE.

### 2.1.3. Evolução da Diplomacia Económica

Este campo da política externa tem procurado se distanciar da visão tradicionalista de diplomacia, onde o ator exclusivo da política é o Estado, tanto do ponto de vista do planeamento como da execução, Slaughter (2004) defende que uma ordem global não pode funcionar sem a participação de indivíduos e grupos ao nível da sociedade nacional e transnacional. A Diplomacia Económica tem um maior alcance pois ela inclui outros intervenientes não estatais na sua implementação (Peterson & Cowles, 1998), ela não se circunscreve apenas no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e aos seus funcionários em missões diplomáticas, centra-se também na integração de um grupo de negócios amplo baseado em missões estrangeiras que envolve as câmaras de comércio nacional ou local, para promover o comércio e o investimento, bem como a defesa dos interesses das empresas nacionais (Lee, 2010). A diplomacia económica tem se concentrado no encorajamento de empresas nacionais em mercados estrangeiros, através das exportações e investimento estrangeiros (Ruffini, 2016), bem como atração de IDE.

Essa nova dinâmica que a diplomacia económica vem ganhando nos últimos anos, permitiu a atuação de agentes diplomáticos alternativos dentro e fora do Estado, que por vezes agem de forma independente do Ministério de Negócios Estrangeiros (Saner et al., 2003), mas alinhados ao mesmo objetivo, promoção das exportações, captação de investimentos, exploração de novos mercados e parcerias estratégicas. A materialização da diplomacia económica vai além dos acordos bilaterais e multilaterais, para isso, os Estados criam agências de promoção ao investimento externo que na visão de Côté et al. (2020) esta ação deve ser conjugada com outras medidas, tais como visitas de Estado e missões comerciais.

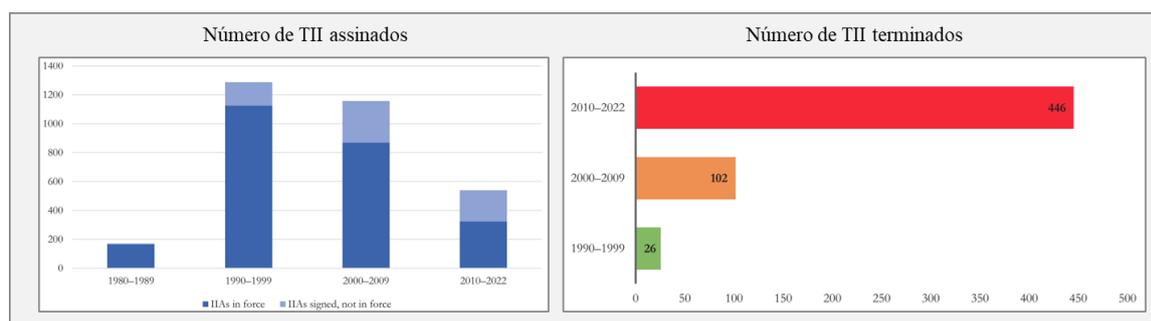
#### 2.1.4. Acordos Internacionais

Com a abertura dos mercados globais e o consequente aumento da competitividade internacional é possível verificar uma aceleração na assinatura de acordo de investimento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os Tratados de Investimentos Internacionais (TII) podem assumir a forma de Tratados Bilaterais de Investimento (TBI) quando assinados entre dois Estados ou Tratados com Disposições de Investimento (TDI), que permite a inclusão do Estado numa comunidade mais ampla com regras e políticas de facilitação ao investimento.

Alguns estudos recentes procuram compreender a relação entre os TII e o Fluxo de IDE. Gopalan et al., (2023) apontam que os TIIs podem servir como importantes canais para atrair um maior fluxo de IDE para as economias em desenvolvimento, uma vez que na sua generalidade os TIIs (em particular os TBIs) garantem que o país anfitrião seja obrigado a efetuar uma compensação aos investidores em caso de expropriação, assim esses países são forçados a honrar com os seus compromissos perante os investidores, desse modo reduzindo os riscos associados ao investimento. Como motivação para a formação de TBI, Baccini (2018) aponta duas dimensões, por um lado se posicionam as variáveis macro, tais como: a distância entre os países, o PIB, a similaridade da dimensão económica e o nível de democracia política, nesse último domínio, o autor aponta que os Estados democráticos são mais fáceis de celebrar acordos entre si. Por outro lado, existem as variáveis micro, os interesses das Empresas Multinacionais em se destacarem nos negócios internacionais em relação aos seus concorrentes, através de redução das barreiras alfandegárias e proteção ao seu investimento.

Em um outro estudo, Gopalan et al., examinam a forma como a assinatura dos tratados evoluiu nas últimas décadas, realçam que o período de 1990 à 1999 houve um aumento vertiginoso nas assinaturas de tratados internacionais de investimento, sendo assinado em média 100 tratados em relação aos 20 tratados por ano nas décadas entre 1960 e o final da 1980. Num sentido oposto apresentam-se os indicadores atuais de números de TII terminados, que entre 2010 e 2022 foram terminados 446, o maior número que já se verificou desde 1956 em que se assinou o primeiro TBI.

Gráfico 2.1 - Tratados de Investimento Internacional



Fonte: Adaptado de Gopalan et al. 2023

## 2.2. Investimento Direto Estrangeiro

Atualmente, encontramos-nos em uma competição acirrada pela captação de investimento direto estrangeiro, o cenário global estimula os países a uma maior competição por uma parcela do IDE global, Moosa (2002) define o investimento direto estrangeiro como um processo pelo qual os residentes de um país adquirem a propriedade de ativos com a finalidade de controlar a produção, distribuição e outras atividades em outro país, O IDE é o investimento transfronteiriço através do qual os investidores estrangeiros estabelecem uma influência estável e duradoura sobre as empresas nacionais (IMF, 2023).

O IDE se reveste de elevada importância para o desenvolvimento dos países de destino, fundamentalmente para as economias emergentes, Bénassy-Quéré et al. (2007) apontam que esse grau de importância atribuído ao IDE resulta no facto deste representar uma das componentes mais estáveis dos fluxos de capital para esses países, podendo de igual modo ser um veículo para o progresso tecnológico através da utilização e disseminação de técnicas de produção melhoradas, dessa forma trazendo capital e tecnologia dos países ricos para os países pobres (Mody, 2007). O IDE gera aumento da eficiência produtiva, melhoria nos empregos e preços competitivos para uma nova gama de bens e serviços resultando em melhoria das condições de vida das pessoas (Cohen, 2007).

### 2.2.1. Determinantes de IDE

A atração de IDE para uma determinada economia, implica um conjunto de políticas combinadas que estimulam a captação de IDE, de acordo com as literaturas revisadas, os autores são unânimes em admitir que não existe um elemento que *per se* seria capaz de elevar

os fluxos de investimento direto estrangeiro num determinado país, os determinantes podem diferir-se de acordo com o nível de maturidade de cada economia. Para os países em desenvolvimento, as principais variáveis impulsionadoras do IDE são: o desenvolvimento de infraestruturas, relações internacionais estáveis, rápido crescimento industrial e um mercado interno em expansão (Mody, 2007), para outros autores a qualidade institucional, incentivos fiscais e subsídios do governo apresentam-se como sendo fatores chaves para a atração de IDE (Amuka & Fidelis Ezeudeka, 2017), numa visão contrária está Blonigen e Piger (2014) que concluíram na sua análise que as políticas governamentais do país anfitrião (tais como custos empresariais, infraestruturas ou instituições políticas) não apresentam evidências suficientes para causar impacto significativo na atração de IDE.

Dessa forma, entende-se que a decisão de investimento no exterior é decorrente de diversos fatores, Dunning (1980) defende que existem três fatores fundamentais que impulsionam a decisão de uma empresa investir no exterior, nomeadamente, a propriedade, localização e internalização, também conhecido como diagrama eclético ou paradigma de OLI. Para o Dunning, as empresas são motivadas a prosseguir o processo de internacionalização, (1) quando percebem vantagens competitivas de propriedade (sejam de ativos tangíveis ou intangíveis) comparativamente às empresas nacionais; (2) quando conseguem perceber a extensão do mercado vinculado à localização oferecida pelos países às empresas para criar ou agregar mais valor as vantagens competitivas; e por fim, (3) quando percebem como essas vantagens podem ser internalizadas pela própria empresa de modo a manter o controlo total sobre ela. É importante notar que, essas vantagens específicas de propriedade, localização e internalização variam de acordo com o país, a natureza da atividade e as características da empresas (Dunning, 2002).

No sentido de compreender as razões que levam as empresas a se internacionalizarem, alguns pesquisadores conduziram as suas discussões empíricas sobre os determinantes de IDE a partir de uma perspectiva micro e/ou macroeconómica.

Num estudo exaustivo, em análise agregada de cerca de 134 países e oito regiões, Sarker e Serieux (2023) concluem que os determinantes de IDE podem variar em nível empresarial, país e regiões, assim os referidos autores apontam que do ponto de vista empresarial os obstáculos institucionais e o acesso limitado a fatores como terra e mão de obra podem desencorajar o IDE. Em uma outra análise empírica, através de técnicas econométricas, Okafor et al. (2022) examinaram quatro dimensões de risco e o seu impacto no IDE, tendo concluído que a valorização da moeda local do país anfitrião em relação ao dólar americano, o crescimento económico progressivo, uma menor taxa de inflação e menor dívida externa podem melhorar a

imagem de um país na arena internacional e impulsionar a entrada de IDE. No entanto, Huang e Yang (2023) apontam que a maior parte das características macroeconômicas dos países de acolhimento do IDE não apresentam robustez capaz de explicar a entrada de IDE no setor energético.

Na tabela 2.2 apresentam-se os determinantes de IDE discutidos por alguns estudiosos, onde se pode observar algumas escolhas semelhantes de variáveis na construção de seus modelos para confirmar a sua influência na atração de IDE. Os principais determinantes de IDE apontados por esses autores são: (1) grau de abertura comercial, (2) infraestrutura, (3) disponibilidade de recursos naturais, (4) PIB per capita e (5) inflação. É importante salientar que o impacto de cada uma dessas variáveis varia de acordo com cada estudo, de tal modo que, umas tornam-se mais significantes do que outras, dependendo do tipo de análise e do grupo de variável selecionada por cada autor.

Tabela 2.1 - Determinantes de IDE

Autores	Ano	Título	Determinantes de IDE
Youxing Huang e Yu Yang	2023	Determinants of Chinese energy OFDI location decisions and entry failure risk: The roles of public diplomacy endeavors and firm investment strategies	Acordos Diplomáticos;
Bibhuti Sarkera e John Serieuxa	2023	Multilevel determinants of FDI: A regional comparative analysis	(1) Nível empresarial: infraestrutura, acesso a internet, mercados financeiros formais; mão de obra qualificada, salário médio; (2) Nível País: o grau de abertura da conta de capital, o PIB per capita, a inflação e a carga tributária sobre o lucro das empresas; (3) Nível Regional: o comércio intrarregional em relação ao PIB.
Edmund Kwablah and Anthony Amoah	2022	Geographical determinants of foreign direct investment: evidence from sub-Saharan Africa	(1) Dimensão geográfica do país; (2) Percentagem da área terrestre; (3) Proximidade a costa marítima; (4)Infraestruturas;
Nasser A. Alkathiri e Mohammad Soliman	2022	Examining foreign direct investment determinants of tourism industry in Oman and Egypt: The moderating role of investment environment	(1) Tamanho e abertura do mercado; (2) Disponibilidade de recursos naturais; (3) Infraestruturas; (4) Custos salariais.
Kazeem Bello Ajide e Ridwan Lanre Ibrahim	2022	Bayesian model averaging approach of the determinants of foreign direct investment in Africa	(1) Formação bruta de capital fixo; (2) Abertura comercial; (3) PIB per capita; (4) Taxa de câmbio; (4) Ensino médio; (5) Tipo de regime democrático; (6) Assinaturas móveis por 100 pessoas.
Prince Jaiblai and Vijay Shenai	2019	The Determinants of FDI in Sub-Saharan Economies: A Study of Data from 1990–2017	(1) Inflação; (2) Estabilidade Cambial; (3) Infraestrutura; (4) Abertura Comercial.
Steve Onyeiwu e Hemanta Shrestha	2004	Determinants of Foreign Direct Investment in Africa	(1) Crescimento económico; (2) Inflação; (3) Abertura da economia; (4) Reservas internacionais; (5) Disponibilidade de recursos naturais.
Elizabeth Asiedu	2002	On the Determinants of Foreign Direct Investment to Developing Countries: Is Africa Different?	(1) Infraestrutura; (2) Abertura comercial.

**Fonte:** Elaboração própria

## 2.3. Evidências

Neste capítulo, apresentaremos uma visão geral da evolução do IDE, seja em escala mundial, regional e entre os países africanos, essa análise é crucial para que se compreenda como o IDE tem evoluído em diferentes regiões e países.

### 2.3.1. Distribuição do IDE Mundial

A distribuição do IDE entre os países ainda apresenta uma escala de discrepância muito grande, sendo que a principal fatia de IDE até ao ano 2014 foi destinada aos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento têm ganhado mais expressão na corrida pelo IDE global, embora de forma muito desproporcional, pois alguns acabam por beneficiar de uma fatia superior em relação aos demais (Onyeiwu & Shrestha, 2004; Sarker & Serieux, 2023).

De acordo com os dados disponibilizados pela UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) é evidente a desigualdade na distribuição de investimento direto estrangeiro ao analisarmos as regiões que mais conseguem atrair IDE, os dados apontam que nos últimos 10 anos (2012 – 2022) os países africanos atraíram apenas uma média anual de 3,42% do IDE mundial. Em particular, a região da África Subsaariana composta por 47 países absorveu apenas 2,55% do IDE global, como se observa na tabela 2.2. Estes resultados apontam para a necessidade de uma análise mais cuidadosa dos fatores que influenciam tais desigualdades na distribuição de IDE, sobretudo nas regiões africanas, que comparada com a Oceânia, absorvem historicamente o mesmo volume de IDE, mas em termos populacionais encontram-se em extremos diferentes.

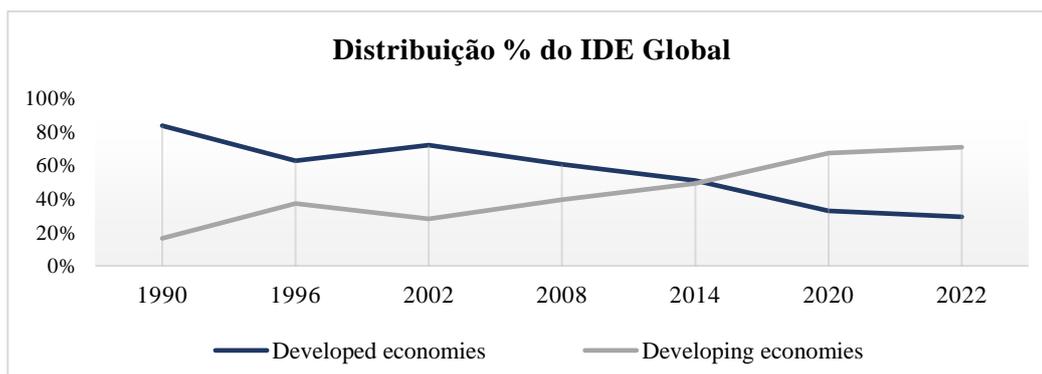
Tabela 2.2 - Fluxo de Entrada de IDE por região em Mil Milhões de Dólar Americano

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Europa	463,67	443,06	369,20	751,13	753,22	518,73	323,68	634,33	132,54	50,71	-106,77
Américas	438,81	462,38	425,32	667,73	629,95	487,49	395,46	438,62	212,74	591,34	546,11
Asia	442,99	450,62	499,35	549,23	521,63	548,51	540,97	544,23	559,04	730,34	740,07
África	57,08	51,07	54,78	57,58	46,16	40,36	44,17	45,96	39,20	79,58	44,93
Oceânia	66,52	61,23	63,18	30,75	52,51	49,78	71,16	44,69	18,47	26,17	70,40
África Subsaariana	41,48	38,31	42,78	45,25	32,31	27,09	28,82	32,18	29,41	70,14	30,01

Fonte: Dados da UNCTAD

O fluxo de IDE, tem se movido das economias desenvolvidas para as em desenvolvimento, sendo que desde 2008 estas absorvem mais de 1/3 do IDE global, tendo aumentado significativamente em 2018 para os 50,69%. É importante realçar que nos anos 2020 e 2022 a proporção de IDE para as economias emergentes foi de 67,21% e 70,78% respetivamente, conforme o gráfico 2.2, apresentado a seguir.

Gráfico 2.2 – Distribuição % do IDE Global



Fonte: Elaboração Própria com dados da UNCTAD

Alguns países destacam-se na atração de IDE, nomeadamente os Estados Unidos de América, a China e a Singapura, que em conjunto absorvem mais de 1/4 do IDE mundial. Estes países apresentam economias robustas, caracterizadas por um forte potencial de atração de investimento, sustentado por fatores como abertura económica, a dimensão dos seus mercados, mão de obra especializada e, em alguns casos, mão de obra de baixo custo, como é o caso da China.

Na tabela 2.3 são apresentados os principais destinos de IDE no período compreendido entre 2012 e 2022. Ao longo deste intervalo, estes países captaram mais de 50% do total do IDE mundial.

Tabela 2.3 - Principais Destinos de IDE Mundial em Mil Milhões de Dólar Americano

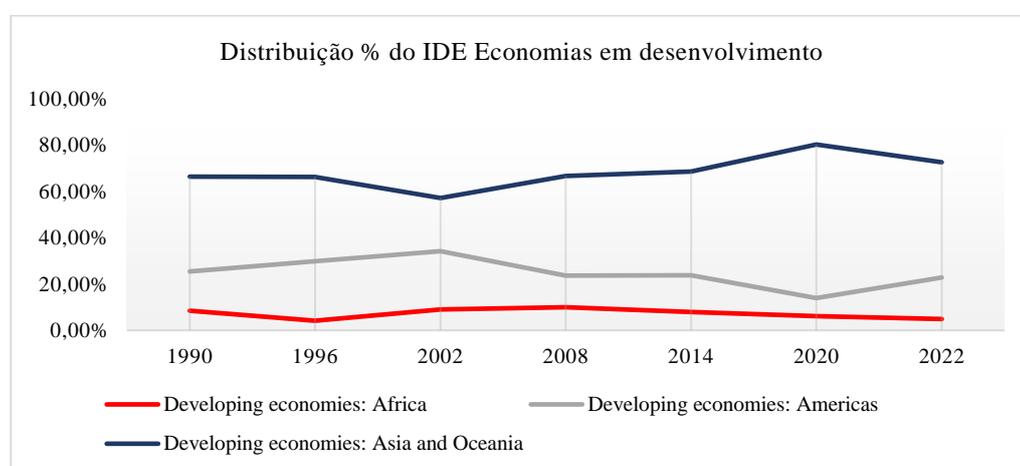
Países	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Austrália	59,57	56,77	58,51	29,58	48,40	46,12	67,57	38,54	14,16	23,86	63,37
Brasil	82,06	59,09	63,85	49,96	53,70	66,59	59,82	65,39	28,32	50,65	73,35
Islanda	61,12	104,81	40,46	66,71	49,02	39,61	34,39	39,10	39,62	39,36	38,12
Canada	43,11	69,37	59,01	43,84	36,06	22,77	37,66	50,54	25,59	60,38	46,18
China	121,07	123,91	128,50	135,58	133,71	136,32	138,31	141,23	149,34	180,96	189,13
Irlanda	48,88	50,61	48,25	217,87	39,41	52,84	-12,02	149,43	102,52	-3,93	-25,06
Rússia	30,19	53,40	29,15	11,86	37,18	25,95	13,23	32,08	10,41	38,64	-15,21
Singapura	60,10	56,67	73,29	59,70	67,51	85,36	73,12	97,53	74,86	126,67	141,12
Reino Unido	55,45	51,68	24,69	39,19	258,70	96,35	87,84	53,92	44,40	-71,17	14,91
Estados Unidos de América	199,03	201,39	201,73	467,63	459,42	308,96	203,23	229,93	93,30	389,44	332,35

Fonte: Dados da UNCTAD

### 2.3.2. Dinâmica do IDE em Economias em Desenvolvimento

Apesar do IDE estar a deslocar-se para as economias emergentes, é evidente o modo desproporcional como ele se distribui em cada uma das regiões, no gráfico 2.3 observa-se que a maior proporção de IDE destinado para os países em desenvolvimento foi captado pela Ásia e Oceânia, tendo representado 80,04% em 2020 e 72,35% em 2022, com uma queda de 7,69 p.p. Nesta equação, a menor proporção foi absorvida pelas economias africanas em cerca de 6,06% em 2020 e 4,90% em 2022, o que representa uma queda de 1,16 p.p.

Gráfico 2.3 – Distribuição % do IDE Economias em desenvolvimento



Fonte: Elaboração Própria com dados da UNCTAD

É evidente o destaque que os países asiáticos têm tido no comércio internacional e na atração de IDE, sobretudo a China, que historicamente nas últimas décadas em média absorveu anualmente mais de 1/4 do IDE captado pelos países em desenvolvimento. Nos anos 2020, 2021 e 2022, o país captou cerca de 15,52%, 12,24% e 14,61% respetivamente, do IDE global, sendo assim o principal destino de IDE mundial a seguir aos EUA.

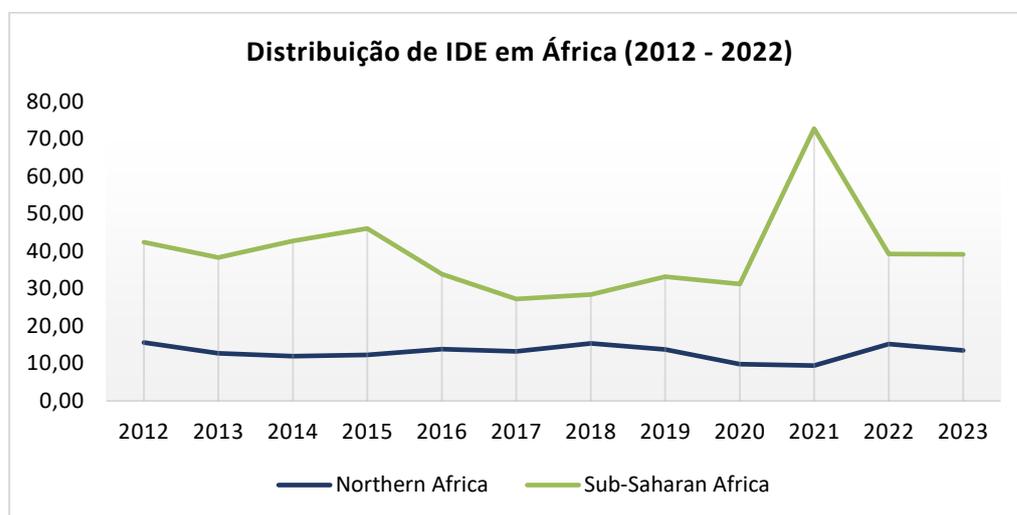
### 2.3.3. IDE em África

A literatura sublinha que a dimensão do mercado é um determinante fundamental na atração de IDE. O continente africano é o segundo continente mais populoso do mundo, considerando ainda que dados das Nações Unidas apontam que a população africana chegará perto dos 2,5 mil milhões de habitantes até 2050, o que representará cerca de 25% da população mundial.

Apesar do potencial de crescimento populacional dos países africanos e a interconexão entre os Estados, através dos blocos regionais, o IDE para aquele continente é absurdamente reduzido quando comparado com outras geografias, alguns autores apontam essa baixa atração de IDE, como consequência do fraco investimento em infraestruturas, do alto nível de endividamento e da corrupção.

Tal como mencionado nos pontos anteriores, historicamente o continente africano anualmente absorve menos de 5% do IDE mundial, com exceção do ano 2021 que absorveu cerca de 5,07% do IDE global, neste mesmo ano a África do Sul capturou cerca de 49% do IDE do continente.

Gráfico 2.4 - Fluxo de Entrada de IDE em África em Mil Milhões de Dólar Americano



Fonte: Elaboração Própria com dados da UNCTAD

Como já referido, os países africanos têm captado um volume relativamente baixo de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Como se pode observar no gráfico 2.4, a África subsaariana recebe um maior fluxo quando comparada com a África do Norte, essa desproporção é justificada pelo facto da África Subsaariana agregar 87% dos países africanos. Também é importante dizer que a distribuição de IDE entre os 54 países do continente não é homogênea, sendo que os principais beneficiários são, em grande medida, os países produtores de petróleo, como a Nigéria, o Egito e a Argélia. Assim, a indústria extrativa emerge como a principal fonte de atração de IDE para muitos destes países.

Nos últimos anos, países como a África do Sul, Nigéria, Egito, Gana e Moçambique destacaram-se na captação de IDE, estes países atraíram volumes de IDE significativamente superiores em comparação com outras economias africanas. As 15 economias apresentadas na

Tabela 2.4, absorveram em média 70% do total de IDE captado pelos países africanos ao longo de um período de 10 anos.

Tabela 2.4 - Fluxo de Entrada de IDE em África em Mil Milhões de Dólar Americano

Países	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Algeria	1,50	1,70	1,51	0,59	1,64	1,23	1,48	1,38	1,14	0,87	0,26
Dem. Rep. of the Congo	3,31	2,10	1,84	1,67	1,21	1,34	1,62	1,49	1,65	1,87	1,85
Cote d'Ivoire	0,33	0,41	0,44	0,49	0,58	0,98	0,62	0,94	0,71	1,38	1,60
Egypt	6,03	4,26	4,61	6,93	8,11	7,41	8,14	9,01	5,85	5,12	11,40
Gabon	-	0,22	0,77	1,05	0,99	1,24	1,31	1,38	1,55	1,72	1,53
Ghana	3,29	3,23	3,36	3,19	3,49	3,26	2,99	3,88	1,88	2,61	1,51
Kenya	2,18	1,98	1,51	1,46	1,14	1,40	1,14	1,10	1,51	1,41	1,60
Mauritania	1,39	1,13	0,50	0,50	0,27	0,59	0,77	0,89	0,93	1,06	1,42
Morocco	2,73	3,30	3,56	3,26	2,16	2,69	3,56	1,72	1,42	2,27	2,26
Mozambique	5,63	6,18	4,90	3,87	3,09	2,29	2,70	2,21	3,04	5,10	2,46
Nigeria	7,13	5,61	4,69	3,06	3,45	2,41	0,78	2,31	2,39	3,31	0,90
Senegal	0,28	0,31	0,40	0,41	0,47	0,59	0,85	1,07	1,85	2,59	2,93
South Africa	4,56	8,30	5,77	1,73	2,24	2,01	5,45	5,13	3,06	40,22	9,23
United Republic of Tanzania	1,80	2,09	1,42	1,56	0,86	0,94	0,97	1,22	0,94	1,19	1,27
Uganda	1,21	1,10	1,06	0,74	0,63	0,80	1,06	1,30	1,19	1,65	2,95

Fonte: Dados da UNCTAD

A seguir apresentamos uma análise comparativa do stock de IDE entre os países africanos selecionados na presente pesquisa, o que nos permitirá obter uma visão de como estas economias têm a atraído ou a repellido o IDE ao longo do tempo.

#### 2.3.4. Análise Comparativa do Stock de IDE nos Países Selecionados

Nesta secção, procuramos analisar a evolução do stock de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em diferentes países africanos, com incidência naqueles selecionados para análise comparativa na presente dissertação. Assim, procuramos analisar a referida evolução num período de 10 anos (2012 à 2022), com especial atenção às tendências observadas e os fatores que podem ter influenciado as variações registadas. O stock de IDE é um indicador importante, que aponta a capacidade de um país atrair e reter investimentos de longo prazo, o que transmite confiança aos investidores que buscam por novos mercados.

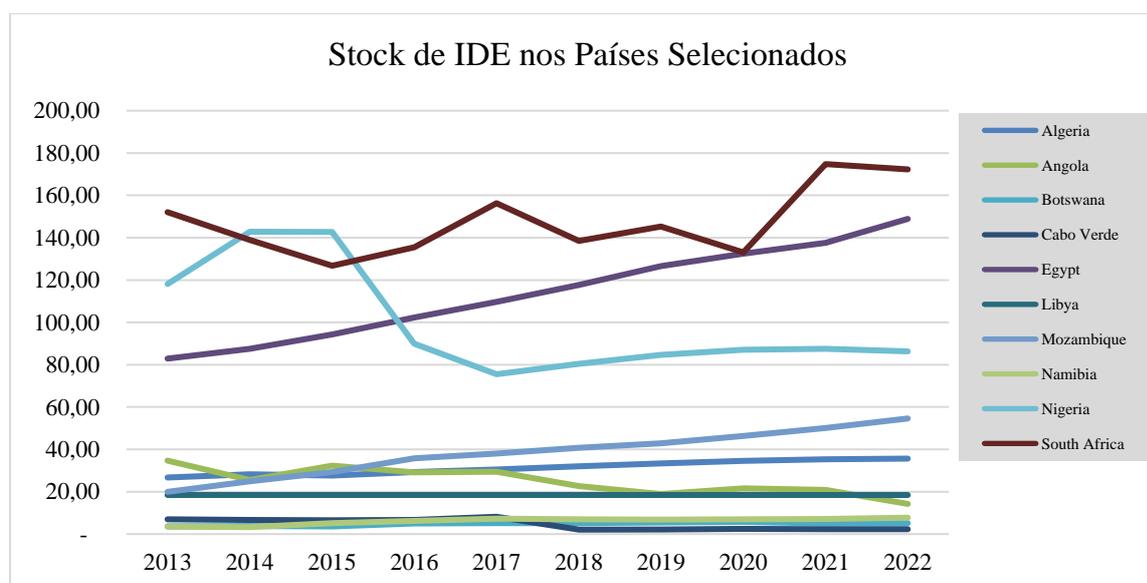
Tabela 2.5 - Stock de IDE nos Países Selecionados em Mil Milhões de Dólar Americano

Países	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Algeria	25,04	26,73	28,24	27,65	29,29	30,52	32,00	33,38	34,52	35,39	35,64
Angola	41,81	34,69	25,48	32,31	29,18	29,44	22,72	18,88	21,60	20,86	14,26
Botswana	3,54	3,68	3,86	3,61	5,04	5,23	5,17	5,45	5,73	5,01	5,19
Cabo Verde	6,27	7,00	6,73	6,56	6,71	8,17	2,11	2,18	2,47	2,36	2,35
Egypt	78,64	82,89	87,49	94,31	102,32	109,68	117,73	126,64	132,48	137,54	148,89
Libya	17,76	18,46	18,46	18,46	18,46	18,46	18,46	18,46	18,46	18,46	18,46
Mozambique	13,49	19,95	24,92	29,28	35,72	38,03	40,71	42,89	46,28	50,07	54,60
Namibia	3,30	3,45	3,29	5,22	6,23	7,24	6,91	6,83	7,05	7,19	7,75
Nigeria	97,51	118,11	142,82	142,75	90,00	75,51	80,39	84,63	87,01	87,53	86,24
South Africa	163,51	152,12	138,91	126,76	135,45	156,35	138,56	145,25	133,13	174,78	172,21

Fonte: Dados da UNCTAD

A Tabela 2.5 apresenta a evolução do stock de IDE em 10 países africanos selecionados entre 2012 e 2022. Ao analisar estes dados, observa-se uma variação considerável entre os diferentes países, tanto em termos de valores absolutos como em termos de crescimento ou declínio ao longo do tempo.

Gráfico 2.5 - Stock de IDE nos Países Selecionados em Mil Milhões de Dólar Americano



Fonte: Elaboração Própria com dados da UNCTAD

O gráfico 2.5 acima apresentado, reforça a tabela anterior, sendo possível observar nele que o Egito e a África do Sul surgem como os principais destinos de IDE ao longo do período, com ambos a apresentarem níveis relativamente elevados e consistentes. O Egito, em particular, experimentou um crescimento significativo, com o stock de IDE a aumentar de USD 78,64 mil milhões em 2012 para USD 148,89 mil milhões em 2022, o que representa um aumento de 89%.

Num outro extremo da nossa análise encontra-se a Nigéria e Angola, dois grandes produtores de petróleo em África, registaram uma tendência decrescente do seu stock de IDE. Enquanto a Nigéria apresentou uma queda acentuada em 2016 e 2017, recuperou moderadamente nos anos seguintes. Angola, por outro lado, teve uma redução contínua do stock de IDE, tendo caído de USD 41,81 mil milhões em 2012 para apenas USD 14,26 mil milhões em 2022, o que reflete as dificuldades económicas e as crises relacionadas com o setor petrolífero.

Países como Moçambique e Namíbia mostraram tendências de crescimento gradual no stock de IDE, sendo que Moçambique apresentou uma progressão estável de USD 13,49 mil milhões em 2012 para USD 54,60 mil milhões em 2022, provavelmente relacionados com os investimentos em recursos naturais e infraestruturas.

#### 2.3.4.1. Comparação do Crescimento Relativo

Ao compararmos o crescimento percentual do stock de IDE entre 2012 e 2022, apresentado na tabela 2.6, o Egipto e Moçambique destacam-se com aumentos significativos, este último que triplicou o seu stock de IDE ao longo dos 10 anos de análise, ao contrário de Angola, que sofreu uma queda expressiva, o que resultou numa perda de 66% do stock de IDE nesse mesmo período. Estes resultados sublinham a importância de políticas económicas sólidas e do desenvolvimento de setores não dependentes dos recursos naturais para atrair e reter IDE.

Tabela 2.6 - Comparação do Crescimento Relativo

Países	2012-13	2013-14	2014-15	2015-16	2016-17	2017-18	2018-19	2019-20	2020-21	2021-22
Argélia	7%	13%	10%	17%	22%	28%	33%	38%	41%	42%
Angola	-17%	-39%	-23%	-30%	-30%	-46%	-55%	-48%	-50%	-66%
Botswana	4%	9%	2%	43%	48%	46%	54%	62%	42%	47%
Cabo Verde	12%	7%	5%	7%	30%	-66%	-65%	-61%	-62%	-63%
Egipto	5%	11%	20%	30%	39%	50%	61%	68%	75%	89%
Líbia	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%
Moçambique	48%	85%	117%	165%	182%	202%	218%	243%	271%	305%
Namíbia	4%	0%	58%	89%	119%	109%	107%	113%	118%	135%
Nigéria	21%	46%	46%	-8%	-23%	-18%	-13%	-11%	-10%	-12%
África do Sul	-7%	-15%	-22%	-17%	-4%	-15%	-11%	-19%	7%	5%

Fonte: Dados da UNCTAD

#### 2.3.4.2. Análise das Flutuações e Fatores Explicativos

- (1) Setores predominantes: A análise mostra que países com grandes indústrias extrativas (como Nigéria e Angola) tiveram impactos significativos como consequência das flutuações nos preços do petróleo a nível mundial, e das crises económicas dos próprios países, o que resultou em quedas notáveis no stock de IDE.

(2) Diversificação económica: Países como o Egipto, que têm adotado estratégias para uma economia mais diversificada, conseguiram reter e em alguns anos aumentar o seu stock de IDE, mesmo em períodos de complicações e incertezas da economia global, houve uma aposta em serviços de tecnologia de comunicação e informação. Quanto a economia moçambicana, esta verificou um grande investimento no setor do gás natural, o que levou ao aumento do seu stock de IDE na última década.

(3) Políticas e reformas económicas: De acordo com alguns autores, a capacidade de atrair IDE está ligada a reformas económicas, estabilidade política e melhorias no ambiente de negócios. Portanto, os países que têm a adotado reformas para facilitar o investimento estrangeiro, nomeadamente, o Egipto e África do Sul, demonstram um desempenho melhor em relação aos seus pares.

### 2.3.5. Análise da Economia dos Países Selecionados

Os dados apresentados na tabela 2.7 fornecem uma visão abrangente sobre a evolução económica de países africanos selecionados no presente estudo entre 1990 e 2022, com foco no Produto Interno Bruto (PIB), crescimento do PIB, inflação e entrada líquida de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). A análise destas variáveis ajuda-nos a compreender o contexto macroeconómico e as dinâmicas subjacentes ao IDE nestas economias.

Tabela 2.7 - Comparação do Crescimento Relativo

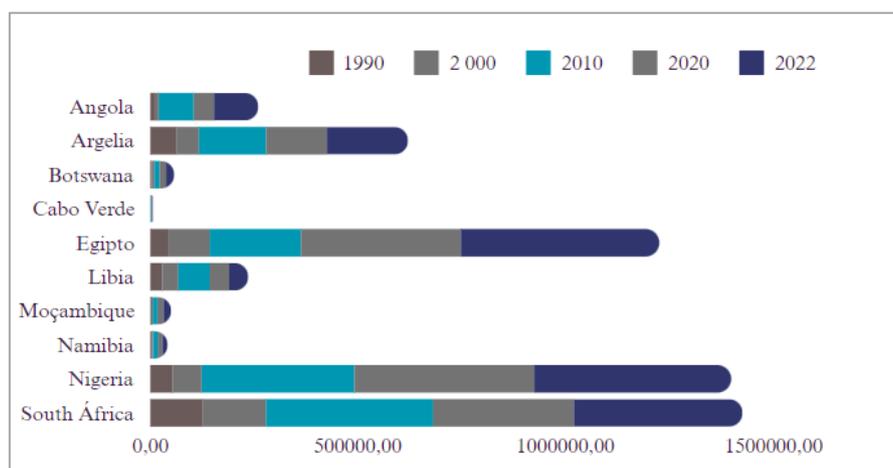
Países	PIB (000 000')					Crescimento do PIB %					Inflação					Entrada Líquida de IDE (000 000')				
	1990	2000	2010	2020	2022	1990	2000	2010	2020	2022	1990	2000	2010	2020	2022	1990	2000	2010	2020	2022
Angola	11 236,28	9 129,59	83 799,47	48 501,56	106 782,77	- 3,45	3,05	4,40	- 5,64	3,05	-	325,00	14,47	22,27	-	- 334,50	878,60	-3 227,21	-1 866,47	- 6 142,25
Argélia	62 048,51	54 790,40	161 207,31	145 743,54	194 998,45	0,80	3,80	3,60	- 5,10	3,20	16,65	0,34	3,91	2,42	9,27	40,00	280,10	2 301,23	1 142,64	88,77
Botswana	3 790,64	5 788,33	12 637,27	14 960,29	20 355,54	6,77	1,99	10,12	- 8,73	5,79	11,40	8,60	6,95	1,89	11,67	95,90	61,24	218,38	31,81	216,03
Cabo Verde	306,89	539,23	1 824,75	1 821,57	2 226,86	0,69	14,28	1,84	-20,81	17,12	10,65	- 2,48	2,08	0,61	7,93	0,25	43,45	240,32	67,90	136,06
Egipto	42 978,91	99 838,54	218 983,67	383 817,84	476 747,72	5,67	6,37	5,15	3,55	6,59	16,76	2,68	11,27	5,04	13,90	734,00	1 235,40	6 385,60	5 851,80	11 399,90
Libia	28 904,16	38 270,98	75 380,80	46 808,21	45 752,34	-	3,68	5,03	-29,79	- 1,24	8,45	- 2,90	2,80	1,45	4,51	158,91	141,00	1 909,00	-	-
Moçambique	-	5 930,69	11 411,89	14 235,42	18 406,84	1,00	0,77	6,68	- 1,22	4,36	-	-	12,43	3,48	10,28	9,20	139,30	2 531,66	3 034,56	1 975,30
Namíbia	2 789,92	3 922,23	11 431,41	10 583,75	12 914,93	2,05	3,49	6,04	- 8,10	7,56	-	-	4,87	2,21	6,08	29,57	186,41	283,80	- 146,49	945,09
Nigéria	54 035,80	69 171,45	366 990,42	432 198,90	472 624,60	11,78	5,02	8,01	- 1,79	3,25	7,36	6,93	13,74	13,25	18,85	1 002,50	1 309,67	6 098,96	2 385,28	- 186,79
África do Sul	126 048,14	151 752,76	400 886,01	338 291,40	405 270,85	- 0,32	4,20	2,49	- 5,96	1,91	14,32	5,34	5,78	3,21	7,04	- 78,46	887,34	8 300,10	3 062,26	9 051,19

Fonte: Dados do *World Bank*

### 2.3.5.1. Evolução do Produto Interno Bruto

O PIB dos países selecionados aumentou significativamente entre 1990 e 2022, o que reflete o crescimento económico observado em muitos países africanos nas últimas décadas. Tal crescimento, foi impulsionado por uma combinação de fatores, dentre os quais o movimento nas cadeias de abastecimento global, a abertura comercial de alguns países, o desenvolvimento da indústria extrativa, reformas económicas e mudanças políticas.

Gráfico 2.6 - Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: Dados do *World Bank*

No gráfico 2.6 observa-se que, países como a Nigéria, a África do Sul e o Egito destacam-se como as maiores economias, com o seus PIBs a ultrapassarem os 400 mil milhões USD em 2022. Apesar da forte dependência à indústria extrativa, sobretudo do petróleo, o PIB da Nigéria cresceu de 54 mil milhões USD (1990) para 472 mil milhões USD (2022), tornando-a uma das maiores economias da África Subsaariana.

O Egito atingiu um PIB de 476 mil milhões USD em 2022, este pode ser um sinal de que as alterações estruturais a sua economia e a política de diversificação da economia estão a ter um impacto positivo. Quanto a Angola, apesar das flutuações do preço do barril do petróleo nos últimos anos e os desafios constantes na sua economia, viu o seu PIB crescer de 11 mil milhões USD em 1990 para os 106 mil milhões USD em 2022, tendo sempre como base a indústria extrativa, sobretudo a exploração petrolífera.

### 2.3.5.2. Taxa de Crescimento do PIB

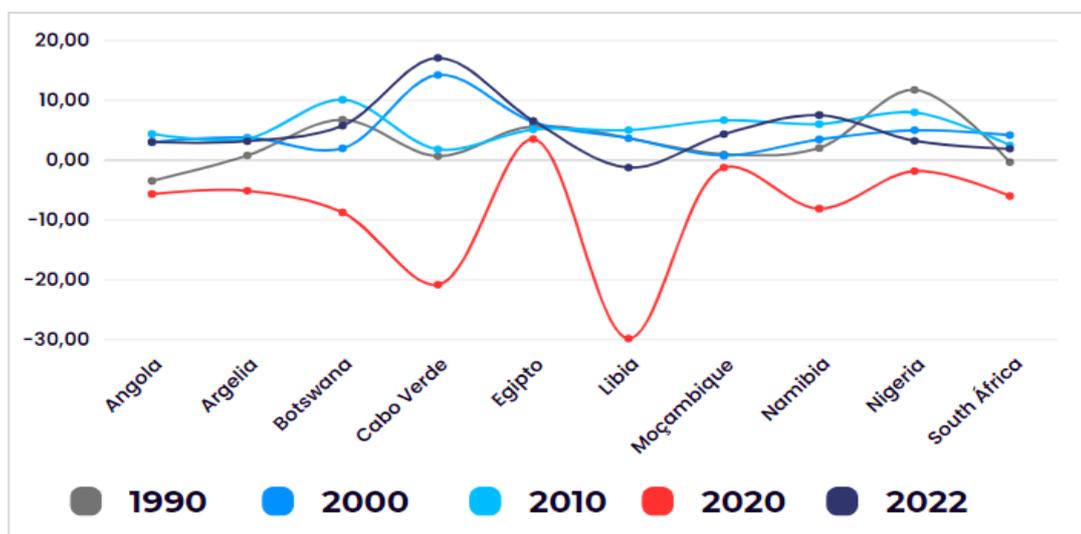
A taxa de crescimento do PIB variou ao longo dos anos, como se pode observar no gráfico 2.7, alguns países enfrentaram flutuações económicas significativas.

Botswana, registou um crescimento elevado em 2010 (10,12%) e 2022 (5,79%), refletindo o seu sucesso na gestão de recursos naturais, especialmente diamantes.

De acordo com o gráfico, a Nigéria demonstrou uma forte taxa de crescimento em 1990 (11,78%) e uma recuperação em 2022 (3,25%), apesar dos desafios de volatilidade do mercado petrolífero e instabilidade política.

O crescimento do PIB da Líbia foi altamente volátil, atingindo um pico de -29,79% em 2020, consequência direta da instabilidade política e dos conflitos no país.

Gráfico 2.7 - Flutuações da Taxa de Crescimento do PIB



Fonte: Dados do *World Bank*

### 2.3.5.3. Inflação

A inflação tem sido apontada como um fator importante na decisão de localização de IDE, pois ela afeta o poder de compra das populações e a estabilidade económica. Os governos procuram controlar a inflação, mantendo-a em níveis aceitáveis para impulsionar a economia.

No caso de Angola, no período de 1990 à 2000, a inflação atingiu níveis extraordinariamente elevados (325%), fruto de uma economia em crise, causada pela guerra civil que o país vivenciava. Embora a inflação tenha caído para os 98% em 2003, ela manteve-se nos dois dígitos, situando-se em 22,27% em 2020 e 19,79% em 2022.

A economia moçambicana registou uma taxa de inflação relativamente estável comparada a outras economias africanas, a sua taxa de inflação oscilou entre os 2,5% e os 17%, esta que foi a maior taxa de inflação que o país registou na última década. Num ritmo semelhante está a África do Sul, que tem a sua inflação controlada, com uma taxa de 5,34% em 2010, reduzindo-se para 3,21% em 2020, refletindo a eficácia das políticas monetárias.

### 2.3.6. Canais e Instrumentos Diplomáticos

A existência de canais diplomáticos, pode se configurar como verdadeira ponte para facilitar a celebração de acordos bilaterais de investimento entre os Estados. Na tabela 2.8 observa-se que países como o Egito, África do Sul e a Nigéria, que dispõem de uma vasta rede diplomática, acordo bilaterais e multilaterais de investimento, acumularam um maior volume de IDE até 2022.

O padrão apresentado na tabela abaixo sugere que a diplomacia económica, exercida por meio desses canais pode ser um impulsionador no IDE nos países africanos, embora na referida tabela observam-se exceções, como é o caso de Angola que apesar de contar com uma rede diplomática considerável em relação aos seus pares, apresenta um stock de IDE reduzido, o que pode implicar que além desta componente diplomática poderão existir outros fatores relevantes que impactam o IDE.

Tabela 2.8 – Rede Diplomática e Stock de IDE Acumulado

Países	Quantidade de Embaixadas	Nº Missões Diplomáticas junto de Instituições Internacionais	Nº de Consulados	Total	Acordos Bilaterais e Tratados Multilaterais de Investimento	IDE Acumulado até 2022 - Em Milhões de USD
Angola	59	3	33	95	27	14,262
África do Sul	99	5	100	204	62	172,21
Botsuana	20	2	43	65	20	5,194
Namíbia	29	2	79	110	24	7,747
Nigéria	97	3	12	112	42	86,239
Moçambique	32	2	36	70	38	54,597
Cabo Verde	18	2	55	75	25	2,346
Argélia	96	2	35	133	54	35,643
Líbia	112	2	11	125	48	18,462
Egito	125	4	31	160	131	148,888

Fonte: Elaboração Própria com dados do *Embassy Pages* e UNCTAD

## CAPÍTULO 3

# Metodologia

### 3.1. Metodologia Aplicada

Tendo em conta a natureza do tema de investigação, os objetivos estabelecidos e a revisão da literatura efetuada, foi possível delinear o percurso metodológico para o estudo empírico. Após a apresentação dos dados comparativos sobre a dinâmica económica dos países selecionados para a análise, foram identificadas as variáveis que, potencialmente, influenciam a atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) nessas economias.

A metodologia de investigação adotada foi concebida para responder a questões cruciais para a compreensão aprofundada do tema, tais como: (1) Qual é o papel da diplomacia económica angolana na captação de IDE? (2) Como se posiciona a diplomacia económica angolana em relação aos seus pares regionais? (3) Quais estratégias específicas têm se revelado eficazes na promoção e facilitação do IDE em África, especialmente em Angola?

Para a análise empírica, optou-se pela construção de um modelo de regressão linear, que visa examinar a correlação entre o IDE e as variáveis identificadas como potenciais determinantes do seu crescimento. As principais fontes de recolha de dados utilizadas na análise foram o Banco Mundial (*World Bank*), *Embassy Pages* e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), como descreveremos mais adiante.

### 3.2. Base de Dados

Procuramos construir uma base de dados com a robustez e informações suficientes que nos permitisse efetuar diferentes análises, no sentido de dar resposta as nossas questões de pesquisa, assim e, para tal, foram construídas duas bases de dados, sendo uma para a análise estatística descritiva e comparativa dos dados económicos dos 10 países selecionados e outra para a construção do Modelo Econométrico de Regressão Linear.

A construção da base de dados para a análise descritiva teve como principal objetivo o de permitir uma comparação robusta entre a economia angolana e a de países considerados seus pares. Para assegurar a representatividade da análise, foram selecionados países não apenas da

África Subsaariana, pela sua proximidade geográfica com Angola, mas também de outras regiões do continente africano.

A delimitação e seleção dos países analisados baseou-se em critérios como a localização geográfica, a proximidade linguística e cultural, e a semelhança económica. Estes critérios foram cuidadosamente considerados para restringir o conjunto de países, garantindo que a análise fosse comparativa e relevante em termos de contextos económicos similares.

Tabela 3.1 - Critério de Seleção de Pares de Comparação

Nº	Países	Localização Geográfica	Proximidade Linguística	Semelhança Económica
1	África do Sul	✓	x	x
2	Botswana	✓	x	x
3	Namíbia	✓	x	x
4	Nigéria	x	x	✓
5	Moçambique	✓	✓	x
6	Cabo Verde	x	✓	x
7	Argélia	x	x	✓
8	Líbia	x	x	✓
9	Egito	x	x	✓

**Fonte:** Elaboração própria

A seleção de pares de comparação pelo critério de localização geográfica permitiu incluir na análise os países africanos que partilham a mesma região e que fazem parte do mesmo bloco económico, pelo que a proximidade geográfica leva estes países a partilharem desafios e oportunidades semelhantes.

O critério de proximidade linguística/cultural foi considerado no sentido de compreendermos como os países africanos que compartilham a língua portuguesa e culturas semelhantes têm explorado essa vantagem linguística para atrair investimento direto estrangeiro, uma vez que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) representa um dos maiores mercados do mundo em termos populacionais.

Quanto ao critério de semelhança económica, ele se refere na estrutura económica resultante da principal fonte de receita do país, que no caso de Angola são as receitas petrolíferas que desempenham um papel central. Por conseguinte, esse critério nos permitiu incluir na nossa

análise países quer da África Subsaariana como da África Setentrional dependentes da receita petrolífera. O principal objetivo deste critério foi o de compreender como os países com estas características têm conduzido as suas políticas de diplomacia económica para atrair investimento direto estrangeiro.

Para a construção da referida Base de Dados tivemos em conta a delimitação temporal dos dados, foram recolhidos dados económicos que correspondem ao período de 1990 a 2022. Entre outras, as principais variáveis consideradas na construção da base de dados foram: O Produto Interno Bruto, inflação, taxa de câmbio, importação, exportação, dívida pública, nível de fiscalidade e o fluxo de investimento direto estrangeiro.

Para tal, a base de dados foi alimentada com dados provenientes das publicações oficiais do banco central desses países, dos sites do governo e do *World Bank*. Procuramos dar primazia aos dados do *World Bank*, por se tratar de um organismo independente e por disponibilizar dados mais completos, o que nos permitiu construir um painel com dados equilibrados.

Na sequência da análise, criamos uma base de dados para nos permitir construir um Modelo Económico de Regressão Linear, que esteve centrado na atração de IDE de acordo com as variáveis explicativas. Para tal, tivemos como referência os dados provenientes do *Embassy Pages*, uma base de dados dinamarquesa que dispõe de informações sobre o número de consulados, embaixadas e outras missões diplomáticas. Os dados sobre IDE foram extraídos da base de dados da UNCTAD, na mesma fonte foram recolhidos dados sobre o número de acordos bilaterais, tratados multilaterais e de outros instrumentos de investimento celebrados por esses países.

### **3.3. Horizonte Temporal e Fontes de Dados**

Tal como nos referimos, para maior precisão na análise foram recolhidos dados correspondentes ao período de 1990 a 2022, os mesmos foram extraídos de três bases de dados principais, nomeadamente, World Bank, onde foram extraídos dados como a taxa de inflação, o PIB, taxa de câmbio, subscrição de telefone por 100 pessoas e o total de recursos naturais sobre o PIB. Na base de dados da UNCTAD, foram extraídos dados sobre o fluxo de IDE, número de tratados bilaterais e acordos multilaterais de investimento. No *Embassy Pages*, foram extraídos dados sobre o número de consulados, embaixadas e outras missões diplomáticas. Na construção da base de dados também foram consideradas algumas bases de dados complementares, tais como, STATISTA, FMI, PINJIVA, TRADEDATA.PRO, que serviram para preencher os dados em falta.

Tabela 3.2 - Fonte de Dados

World Bank	UNCTAD	Embassy Pages	Outras Bases
PIB	Fluxo de IDE	Quantidade de Embaixadas	Inflação
PIB per capita	Stock de IDE	Nº Missões Diplomáticas junto de Instituições Internacionais	Importação e Exportação
Inflação	Tratados Bilaterais (TB)	Nº de Consulados	
Taxa de Câmbio	Tratados com Disposições de Investimento (TIPs)		
Subscrição de Telefone por 100 pessoas			
Importação e Exportação			
Total de Recursos Naturais sobre o PIB			

Fonte: Elaboração própria

Apesar de recolher e analisar os dados relacionados com o número de consulados, embaixadas e missões diplomáticas, os mesmos não foram inseridos no grupo de variáveis independentes do modelo por não ser possível aceder aos dados históricos para cada país. Nesta ordem, as variáveis relacionadas com a diplomacia económica inseridas no modelo, foram os acordos bilaterais e os tratados multilaterais.

### 3.4. Descrição das Variáveis

#### 3.4.1. Variável Dependente

A variável dependente deste estudo é o Fluxo Líquido de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Esta métrica quantifica o saldo entre as entradas e saídas de capital de IDE numa economia ao longo de um período definido, normalmente anual. O IDE líquido é uma medida de elevada relevância, uma vez que permite avaliar a capacidade de um país não apenas para atrair, mas também para reter capital estrangeiro, servindo como um indicador das condições

macroeconómicas, da estabilidade política, e da eficácia das políticas públicas orientadas para a promoção do investimento.

A análise deste indicador é de crucial importância, pois o IDE líquido capta o saldo efetivo do investimento estrangeiro que permanece na economia após a dedução dos fluxos de saída. Esta abordagem oferece uma perspectiva mais rigorosa sobre o impacto real do investimento direto estrangeiro no crescimento e desenvolvimento económico do país, contribuindo para uma compreensão clara da dinâmica entre o capital estrangeiro e a performance económica nacional.

### 3.4.2. Variáveis Independentes

Na construção do modelo procuraremos apresentar claramente as variáveis de estudo. Em nosso estudo, apresentaremos um modelo de regressão bastante objetivo, mas que deve responder as nossas questões de pesquisa. É importante referir que existem diferentes estudos que discutem os determinantes de atração de IDE, os quais apresentam modelos bastante complexos, como é o caso do estudo desenvolvido por Sarker e Serieux (2023), onde desenvolvem um modelo de regressão logit multinível (hierárquico), sendo analisado os determinantes ao nível das empresas, país e região mundial.

#### 3.4.2.1. Grau de abertura comercial

As variáveis explicativas para do modelo justificam-se pela revisão de literatura e do nível de significância que as mesmas representaram nos estudos anteriores, essas variáveis estão centradas em um nível macro. O grau de abertura comercial, de acordo com alguns estudos é uma variável fundamental na atração de IDE, pois ele mede quanto uma economia está aberta para o comércio externo, sendo que países com políticas comerciais restritivas desencorajam o fluxo de IDE (Onyeiwu & Shrestha, 2004).

#### 3.4.2.2. Infraestrutura e Disponibilidade de Recursos

Na construção do modelo, consideramos a infraestrutura e a disponibilidade de recursos, este último que para Asiedu (2002) representa um dos principais impulsionadores do IDE na África Subsaariana, especialmente na indústria extrativa. Na visão de Onyeiwu e Shrestha (2004) os investidores estrangeiros preferem economias com redes bem desenvolvidas de estradas, aeroportos e outros elementos de infraestrutura, que permitem às empresas aumentarem o seu

nível de eficiência operacional, na mesma esteira Mohammed (2022) aponta que a desenvolvimento de infraestrutura tem um impacto positivo na entrada de IDE na região centro africana. Assim, para a construção da base de dados incluímos como métrica de infraestrutura os dados sobre a abrangência territorial das telecomunicações (a assinatura de telefone por cada 100 pessoas) e, para a disponibilidade de recursos consideramos o valor relativo da exportação de petróleo e/ou da indústria extrativa sobre o PIB.

#### 3.4.2.3. PIB per capita

O PIB per capita foi incluído no modelo, pois ele mede o nível de rendimento e o poder de compra da população. Kwablah e Amoah (2022) analisaram os determinantes de IDE em países africanos, para tal, subdividiram em quatro regiões, tendo concluído que o PIB per capita no subgrupo da África Subsaariana tem um efeito positivo sobre a entrada de IDE, já Sarker e Serieux, (2023) numa visão contrária, concluíram em sua análise que o PIB per capita tem um efeito negativo sobre a entrada de IDE. Bello Ajide e Lanre Ibrahim (2022) no seu modelo bayesiano concluíram que o aumento do PIB per capita é fundamental na atração de IDE, pois as empresas são incentivadas a produzir se a procura por seus produtos for alta, para isso, deve haver um aumento do rendimento per capita dos consumidores.

#### 3.4.2.4. Inflação

Para alguns autores como é o caso de Mohammed (2022) a inflação é uma variável menos robusta na atração de IDE em países da África Subsaariana, já Onyeiwu e Shrestha (2004) consideram a inflação como uma variável explicativa para o fluxo de IDE num modelo de efeito fixo e aleatórios. A subida da inflação pode gerar um efeito contrário a captação de IDE uma vez que este aumenta o custo de fazer negócio dentro do país anfitrião (Bello Ajide & Lanre Ibrahim, 2022).

#### 3.4.2.5. Acordos Bilaterais e Tratados de Investimentos Internacional

Juntamos ao grupo de variáveis explicativas algumas variáveis que nos permitiram medir o papel da diplomacia económica na atração de IDE, entre as quais selecionamos a quantidade de acordos bilaterais celebrados, o número de tratados de investimento e o número de missões diplomáticas. Os dados relacionados com os acordos bilaterais e tratados de investimento foram extraídos da base de dados da UNCTAD, os mesmos apresentam o título, o estado do acordo (em execução ou parado), a data de assinatura e sua entrada em vigor.

#### 3.4.3. Tratamento dos Dados

O tratamento dos dados recolhidos obedeceu aos seguintes critérios: (1) procuramos uniformizar os dados, ou seja, dada a variação das fontes de dados (publicações oficiais dos governos, Banco Mundial, *Embassy Pages* e UNCTAD), foi necessário uniformizar os dados para garantir a comparabilidade e consistência das informações; (2) antes de qualquer análise e escolha do modelo adequado para o nosso estudo procuramos fazer a identificação e tratamento de dados em falta; (3) para melhor especificação do modelo foi feita uma verificação da existência de multicolinearidade, esta que é crucial para verificar a existência de relações exatas entre as variáveis independentes, o que pode distorcer os resultados da regressão; por fim, (4) foram testados alguns modelos em separados, o que permitiu-nos analisar o impacto de cada variável por país e, na sequência, foram analisados modelos agrupados, com uma relação de 3 a 5 países.

#### 3.4.4. Dados em Falta

Para os dados em falta foram utilizadas as bases auxiliares, tal como mencionado na secção 3.3. Essas bases serviram para preencher os dados sobre a inflação de Moçambique e da Namíbia, de igual modo também serviram para preencher os dados de importação e exportação de Moçambique e da Nigéria. Na sequência, foram efetuadas algumas interpolações, as interpolações foram realizadas somente até 3 variáveis em falta. No total foram feitas 14 interpolações de dados.

As amostras com dados não interpoláveis foram eliminadas. Com esses ajustes a base de dados que inicialmente tinha 330 amostras, passou para um total de 239 amostra e 9 variáveis.

### 3.4.5. Especificação do modelo

O nosso estudo é baseado num modelo de regressão linear com múltiplas variáveis, a nossa variável dependente é o Fluxo de IDE, para tal foram selecionadas algumas variáveis independentes de acordo com a literatura examinada, assim, o nosso modelo base é especificado da seguinte forma:

$$IDE_{it} = \beta_0 + \beta_1 PIB_{pcit} + \beta_2 Inflac\tilde{a}o_{it} + \beta_3 TxC\tilde{a}mbio_{it} + \beta_4 Telefones_{it} + \beta_5 Recursos_{it} + \beta_6 TBI_{it} + \beta_7 AMI_{it} + \beta_8 AC_{it} + \epsilon_{it}$$

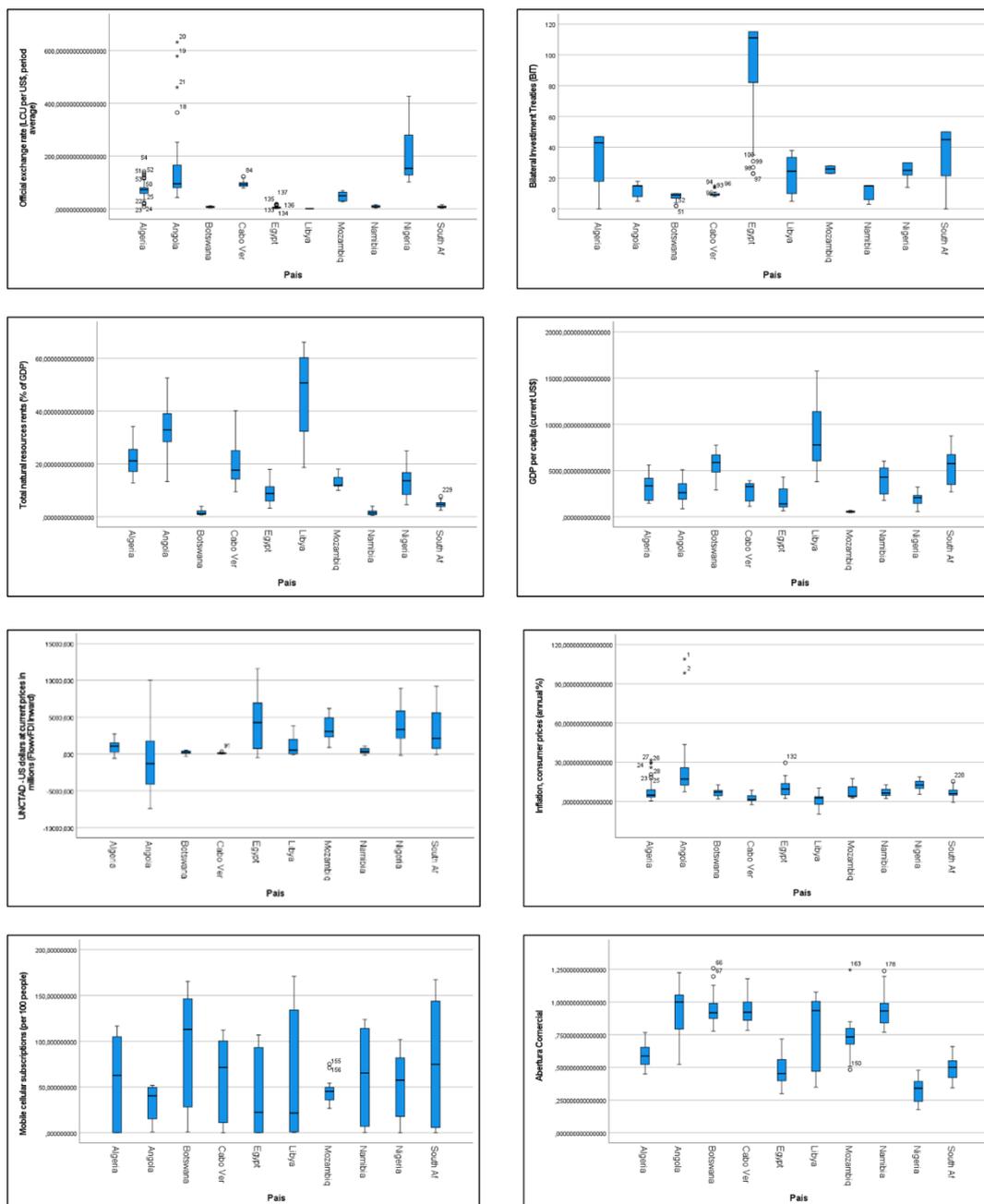
**Onde:**

IDE<sub>it</sub> é o fluxo de Investimento Direto Estrangeiro no país *i* no ano *t*.  $\beta_0$  é a constante do modelo, o  $\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_8$  são os coeficientes das variáveis independentes. PIB<sub>pcit</sub> é o PIB per capita do país *i* no ano *t*, Inflac $\tilde{a}$ o<sub>it</sub> é a taxa de inflação do país *i* no ano *t*, TxC $\tilde{a}$ mbio<sub>it</sub> é a taxa de câmbio do país *i* no ano *t*, Telefones<sub>it</sub> é o número de subscrições de telefone por 100 pessoas no país *i* no ano *t*, Recursos<sub>it</sub> é a percentagem de recursos naturais no PIB do país *i* no ano *t*, TBI<sub>it</sub> é o número de tratados bilaterais de investimento do país *i* no ano *t*, AMI<sub>it</sub> é o número de acordos multilaterais de investimento do país *i* no ano *t* e AC<sub>it</sub> é a abertura comercial do país *i* no ano *t*, quanto ao  $\epsilon_{it}$  é o termo de erro para o país *i* no ano *t*.

### 3.4.6. Identificação e Eliminação de Outliers

Tendo os dados completos foram exportados para o *SPSS Statistic*. Como se observa no gráfico 3.2 procuramos efetuar a análise e limpeza dos dados, através de uma análise aos *boxplot* de cada uma das 8 variáveis independentes em relação ao país, essa análise nos permitiu identificar os *outliers*.

Gráfico 2.1 - Boxplot - Identificação e Eliminação de *Outliers*



Fonte: Elaboração própria



## CAPÍTULO 4

### Resultados e Discussão

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados da regressão, bem como efetuar uma análise em torno dos mesmos. Para tal, antes da especificação final do modelo partimos por uma análise criteriosa das variáveis selecionadas, a fim de explorarmos as características do conjunto de dados por meio de análise descritiva e de correlação.

Na tabela 4.1 apresentamos a análise descritiva das variáveis selecionadas para o presente estudo. No conjunto de dados verifica-se que o máximo de IDE líquido que um dos países da nossa amostra conseguiu reter ao longo do período em análise foi de 11,57 mil milhões de dólares, aos longo desse período os 10 países conseguiram reter em média 1,8 mil milhões de dólares em IDE por ano.

Tal como se pode observar na referida tabela, o número máximo de acordos bilaterais é de 115 acordo, este volume de acordos é atribuído ao Egito. A África do Sul e a Argélia são as economias com mais acordos bilaterais a seguir ao Egito, sendo que cada uma delas dispõe de 50 e 49 acordos bilaterais, respetivamente.

A Nigéria e Moçambique dispõem atualmente de 28 e 30 acordos bilaterais de investimento, respetivamente. Enquanto isso, Angola dispõe de um total de 20 acordos bilaterais de investimento.

Tabela 4.1 - Descrição Estatística

	Fluxo de IDE em Milhões de USD	PIB Per Capita	Inflação anual (%)	Taxa de Câmbio	Subscrição de Telemóvel por cada 100 pessoas	Abertura Comercial	Total de Recursos Naturais (% do PIB)	Acordos Bilaterais de Investimento	Tratados com Disposições de Investimento (TIPs)
Média	1 814,00	3 616,03	8,62	53,26	57,68	0,68	14,74	30,84	7,18
Mediana	775,25	3 242,14	6,56	15,64	49,11	0,65	11,58	21,00	7,00
Mínimo	-7 397,30	435,76	-9,80	0,46	0,00	0,18	0,53	0,00	0,00
Máximo	11 578,10	15 765,42	108,90	425,98	171,01	1,24	66,06	115,00	16,00
Soma	433 546,28	864 230,62	2 060,18	12 729,25	13 785,95	163,06	3 522,18	7 370,00	1 715,00

Fonte: Elaboração própria

## 4.1. Resultados

### 4.1.1 Resultados do Modelo Principal

Neste modelo principal procuramos efetuar uma análise da correlação entre as variáveis independentes, o que resultou na eliminação de 5 variáveis até ao modelo final, por consequência da elevada correlação observada. Na tabela 4.2, nota-se que há uma forte correlação entre o PIB per capita e o número de subscrições de telemóvel por cada 100 pessoas, e por outro lado, uma forte correlação entre o tratado com disposições de investimento e os acordos bilaterais de investimento.

Tabela 4.2 - Análise da correlação com 8 variáveis independentes

		Fluxo de IDE em Milhões de USD	PIB Per Capita	Inflação anual (%)	Taxa de Câmbio	Subscrição de Telemóvel por cada 100 pessoas	Abertura Comercial	Total de Recursos Naturais (% do PIB)	Acordos Bilaterais de Investimento	Tratados com Disposições de Investimento (TIPs)
Correlação de Pearson	Fluxo de IDE em Milhões de USD	1,000								
	PIB Per Capita	-0,017	1,000							
	Inflação anual (%)	0,045	-0,264	1,000						
	Taxa de Câmbio	-0,043	-0,290	0,141	1,000					
	Subscrição de Telemóvel por cada 100 pessoas	0,203	<b>0,635</b>	-0,204	0,050	1,000				
	Abertura Comercial	-0,354	0,277	-0,027	-0,256	0,130	1,000			
	Total de Recursos Naturais (% do PIB)	-0,138	0,246	0,057	0,138	-0,113	0,272	1,000		
	Acordos Bilaterais de Investimento	0,557	-0,041	-0,064	-0,137	0,214	-0,436	-0,096	1,000	
	Tratados com Disposições de Investimento (TIPs)	0,545	0,168	-0,114	0,162	<b>0,577</b>	-0,296	-0,027	<b>0,689</b>	1,000

Fonte: Elaboração própria

Uma vez observado alto grau de multicolinearidade entre as variáveis independentes acima mencionadas, procedemos ao ajuste do modelo com a exclusão das referidas variáveis, obtendo assim a tabela 4.3.

Tabela 4.3 - Análise da correlação com 6 variáveis independentes

		Fluxo de IDE em Milhões de USD	PIB Per Capita	Inflação anual (%)	Taxa de Câmbio	Abertura Comercial	Total de Recursos Naturais (% do PIB)	Acordos Bilaterais de Investimento
Correlação de Pearson	Fluxo de IDE em Milhões de USD	1,000						
	PIB Per Capita	-0,017	1,000					
	Inflação anual (%)	0,045	-0,264	1,000				
	Taxa de Câmbio	-0,043	-0,290	0,141	1,000			
	Abertura Comercial	-0,354	0,277	-0,027	-0,256	1,000		
	Total de Recursos Naturais (% do PIB)	-0,138	0,246	0,057	0,138	0,272	1,000	
	Acordos bilaterais de Investimento	0,557	-0,041	-0,064	-0,137	-0,436	-0,096	1,000

Fonte: Elaboração própria

O modelo final ficou representado por 3 variáveis explicativas, nomeadamente, os acordos bilaterais, a taxa de câmbio e a inflação, tal como apresentamos na tabela 4.4. Para a definição do modelo final, procuramos analisar o nível de significância e de colinearidade, como observa-se na tabela 4.5.

Tabela 4.4 - Análise da correlação com 4 variáveis

		Fluxo de IDE em Milhões de USD	Acordos Bilaterais de Investimento	Taxa de Câmbio	Inflação anual (%)
Correlação de Pearson	Fluxo de IDE em Milhões de USD	1,000			
	Acordos Bilaterais de Investimento	0,557	1,000		
	Taxa de Câmbio	-0,043	-0,137	1,000	
	Inflação anual (%)	0,045	-0,064	0,141	1,000

Fonte: Elaboração própria

Tabela 95 - Modelo Empírico

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Correlações			Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro Erro	Beta			Ordem zero	Parcial	Parte	Tolerância	VIF
(Constante)	-3 303,865	866,991		-3,811	<0,001					
Acordos Bilaterais de Investimento	78,848	8,303	0,854	9,497	<0,001	0,557	0,534	0,422	0,244	4,095
Taxa de Câmbio	-18,119	3,640	-0,448	-4,978	<0,001	-0,043	-0,314	-0,221	0,244	4,101
Inflação anual (%)	39,554	14,012	0,154	2,823	0,005	0,045	0,185	0,125	0,660	1,516

Fonte: Elaboração própria

Ao serem testadas as variáveis que constam da tabela 4.4, percebe-se que as variáveis PIB per capita, recursos naturais em relação ao PIB e abertura comercial não são suficientemente explicativas dentro do modelo, dizendo de outro modo, essas variáveis associadas as demais variáveis não apresentam um nível de significância que justificaria a sua inclusão no modelo final.

Tal como mencionado, na tabela 4.5 apresenta-se o modelo global considerando todos os critérios de análise de correlação entre as variáveis, essas variáveis apresentaram um *p-value* dentro do limite estabelecido na regressão.

A seguir apresentamos os resultados segmentados em diferentes grupos de países, sendo o (i) uma análise individual de cada país; (ii) grupo de 3 à 5 países, que serão detalhados nos próximos tópicos.

#### 4.1.2 Análise por País

Para melhor percepção e respeitando a dinâmica de cada economia, foram testados alguns modelos a fim de compreendermos como as diferentes variáveis têm impactado cada economia. Na tabela 4.6, é possível observar que os modelos de regressão múltipla realizados aos países selecionados, apresentaram uma multiplicidade de resultados que acaba por refletir as diferentes realidades económicas, sociais e políticas de cada um deles. Para facilitar a nossa análise, além de uma análise global, incluímos na presente pesquisa outras duas categorias de análise para melhor compressão e discussão dos resultados, nomeadamente a (i) **análise individual de cada país** e, (ii) **análise agrupada**.

Tabela 4.6 - Variáveis Significativas nas Regressões por País

Variáveis	Argélia	Egipto	África do Sul	Angola	Nigéria	Botswana	Cabo Verde	Líbia	Moçambique	Namíbia	Contagem
PIB Per Capita											3
Inflação anual (%)											1
Taxa de Câmbio											2
Subscrição de Telemóvel por cada 100 pessoas											0
Abertura Comercial											2
Total de Recursos Naturais (% do PIB)											6
Acordos Bilaterais de Investimento											4
Tratados com Disposições de Investimento (TIPs)											0

Fonte: Elaboração própria

Na análise separada, procuramos perceber que variáveis têm impacto sobre o IDE, assim, foi possível gerar 10 modelos, que refletem as 10 economias selecionadas, tal como passamos a apresentá-los:

**Modelo 1 (Argélia):** No caso da Argélia, as variáveis PIB per capita e rendimentos de recursos naturais (% do PIB) mostraram-se significativas, com coeficientes Beta de 0,541 e 0,406, respetivamente. O PIB per capita, com um valor de significância muito baixo (Sig. = 0,000), o que sugere uma forte relação positiva com o IDE, indicando que a riqueza económica nacional desempenha um papel crucial na atração de investimento estrangeiro. Por outro lado, o rendimento de recursos naturais também apresentaram um impacto positivo significativo (Sig. = 0,002), ainda que em menor escala, o que pode refletir a importância do setor extrativo na economia argelina.

**Modelo 2 (Egipto):** Para o Egipto, tal como se observa na tabela 4.6, as variáveis significativas foram os Acordos Bilaterais de Investimento (BITs) e a inflação, com Betas de 0,594 e 0,408, respetivamente. Estes resultados sugerem que os BITs desempenham um papel importante na criação de um ambiente favorável ao investimento, enquanto a inflação, surpreendentemente, apresenta uma relação positiva com o IDE, o que pode indicar que a inflação não tem um efeito negativo na atração de IDE, pelo facto da maior parte do investimento ser destinado a um setor que funciona a base de moeda estrangeira.

**Modelo 3 (África do Sul):** A análise da África do Sul revelou que a taxa de câmbio oficial e o rendimento dos recursos naturais são fatores determinantes, com Beta de 0,558 para a taxa de câmbio e 0,445 para o rendimento dos recursos naturais. A correlação positiva entre uma moeda mais forte e o IDE sugere que a confiança na estabilidade económica é um fator atrativo para os investidores estrangeiros, enquanto ao rendimento dos recursos naturais continuam a ser uma componente chave para a economia sul-africana.

**Modelo 4 (Angola):** Em Angola, verificou-se um impacto negativo da taxa de câmbio oficial sobre o IDE (Beta = -0,608), indicando que a depreciação cambial tem um efeito desincentivador. O rendimento dos recursos naturais também apresentaram um coeficiente negativo (Beta = -0,511), sugerindo que a dependência dos recursos naturais pode estar a limitar a diversificação económica e, conseqüentemente, a atratividade para o IDE.

**Modelo 5 (Nigéria):** Na Nigéria, tanto o rendimento dos recursos naturais como o PIB per capita foram variáveis significativas, com Betas de 0,674 e 0,811, respetivamente. A forte correlação positiva com o PIB per capita (Sig. = 0,000) sugere que a riqueza económica é um dos principais motores do IDE no país, enquanto o rendimento de recursos naturais continuam a desempenhar um papel importante.

**Modelo 6 (Botswana):** O modelo aplicado ao Botswana destaca o rendimento dos recursos naturais como a única variável significativa, com um Beta de 0,453, refletindo a dependência do país do setor extrativo, sobretudo o diamantífero para a atração de IDE.

**Modelo 7 (Cabo Verde):** Para Cabo Verde, o modelo indicou uma relação significativa entre o PIB per capita e o IDE (Beta = 0,671), este modelo aponta que o nível de desenvolvimento económico é essencial para a atração de investimentos, a economia do país é voltada principalmente para o turismo e comércio.

**Modelo 8 (Líbia):** Na Líbia, os BITs apresentaram um coeficiente significativo positivo (Beta = 0,724), apesar de não existirem dados completos sobre a economia do país, o modelo sugeriu que os acordos bilaterais têm um papel decisivo na promoção de um ambiente favorável para atração de IDE.

**Modelo 9 (Moçambique):** Em Moçambique, tanto os BITs como a Abertura Comercial foram variáveis significativas com Betas de 0,536 e 0,532, respetivamente. Estes resultados sugerem que a abertura da económica moçambicana e proteção aos investimentos por meio dos acordos bilaterais, são fundamentais para atrair IDE.

**Modelo 10 (Namíbia):** Para a Namíbia, a análise revelou que tanto a Abertura Comercial quanto os BITs têm uma influência positiva e significativa sobre o IDE, com Betas de 0,451 e 0,446, respetivamente, destacando a importância da abertura económica e aplicação de políticas mais favoráveis ao comércio.

#### 4.1.3 Análise Agrupada

Na sequência da análise dos determinantes de IDE, procuramos efetuar uma análise agrupada, através da combinação de 5 economias. Para essa análise consideramos o critério stock de IDE, foram selecionados os países africanos com o stock IDE mais elevados, pelo que, a referida análise resultou em 3 combinações distintas:

**Modelo 11 (Argélia + Egípto + África do Sul):** Nesta primeira combinação, procuramos analisar o conjunta de três países, esta que revelou que a taxa de câmbio oficial, o PIB per capita e os Tratados com Disposições de Investimento (TIPs) são determinantes chave do IDE, com Betas de -0,332, 0,252 e 0,335, respetivamente. A taxa de câmbio oficial apresenta um efeito negativo, enquanto o PIB per capita e os TIPs têm um impacto positivo, sugerindo que a combinação de estabilidade económica e garantias jurídicas através dos acordos bilaterais é crucial para atrair IDE nestes contextos.

**Modelo 12 (Argélia + Egípto + África do Sul + Angola):** A adição de Angola à análise reforça a importância das variáveis anteriormente identificadas, com especial destaque para os TIPs, que apresentam um coeficiente positivo significativo (Beta = 0,343), e a taxa de câmbio oficial, que continua a ter um impacto negativo (Beta = -0,204).

**Modelo 13 (Argélia + Egípto + África do Sul + Angola + Nigéria):** Quando adicionamos a Nigéria na equação, o rendimento dos recursos naturais emergem como a variável mais significativa, com um Beta negativo de -0,239, o que sugere que a dependência excessiva dos recursos naturais pode ser prejudicial para a atração de IDE. Os BITs mantêm-se como um fator positivo relevante (Beta = 0,404), o que reforça a ideia de que as garantias legais e económicas proporcionadas por esses tratados são fundamentais para os investidores que procuram novos mercados.

Através dos resultados apresentados, seja no modelo global, por país ou agrupado, é evidente a existência de determinadas variáveis que surgem como explicativas para atração de IDE. No modelo por país, a variável ‘recursos naturais’ aparece como uma variável crucial na atração de IDE, estando presente em 6 modelos, o que o torna uma das variáveis mais importantes nessa análise. É importante realçar que em alguns casos a sua existência dessa variável revela-se como sendo um fator inibidor de IDE, tal como nos debruçaremos mais adiante no tópico das discussões.

A variável ‘Acordo bilateral de investimento’, surge como uma variável significativa em todas as análises efetuadas. Importa destacar que no modelo principal ela tem um impacto positivo, indicando que o aumento do número de acordos bilaterais poderá gerar um acréscimo no IDE.

## **4.2. Discussões**

Com os resultados obtidos nos diferentes modelos de regressão conseguimos efetuar uma análise mais robusta e completa das variáveis que afetam o IDE em diferentes contextos africanos. Na discussão que se segue consideramos tanto os resultados das análises separadas quanto os das análises conjuntas (global e agrupada), uma vez que cada abordagem oferece percepções distintas e complementares para a nossa discussão.

### **4.2.1 Análise Separada**

A análise separada dos modelos permitiu identificar as especificidades de cada país. A referida análise aponta um impacto positivo do PIB per capita na Argélia, Nigéria e Cabo Verde, o que sugere uma melhoria no modelo económico para a atração de IDE. Este resultado está alinhado com a visão de Asiedu e Lien (2011) que defendem que o aumento do PIB per capita tem um

impacto positivo sobre o IDE, pois ele oferece melhores oportunidades de mercado para investidores estrangeiros.

Por outro lado, a dependência de recursos naturais, visível em Angola, Botswana e Nigéria, revela-se como uma situação complexa. Por um lado, apesar desses recursos atraírem investimento estrangeiro que procuram explorar o setor extrativo, tal como defendido por Onyeiwu e Shrestha (2004) e Asiedu e Lien (2011), ora, por outro lado, a falta de diversificação económica e as incertezas relacionadas com a indústria extrativa podem limitar a atratividade do IDE a longo prazo, tal como defendido por Tegegne, (2024). Assim, importa referir que este resultado sugere uma reformulação de políticas públicas com vista a promover a diversificação económica no sentido de reduzir a vulnerabilidade económica diante das flutuações dos preços dos recursos naturais, nomeadamente o petróleo e os diamantes.

Apesar de Asiedu e Lien (2011) e Kwablah e Amoah (2022) defenderem que menos inflação promove o IDE, na nossa pesquisa deparamo-nos com uma situação contrária, que é o caso do Egito, onde a inflação apresentou uma relação positiva com o IDE, o que proporciona um ponto de reflexão interessante. Na pesquisa feita por Owusu et al. (2021), os autores apontam que a inflação não tem qualquer efeito sobre o fluxo de IDE, esta mesma visão é defendida por Nambie (2022), ora, é possível que o impacto positivo da inflação na economia egípcia esteja associada a períodos de ajustamento económico.

#### 4.2.2 Análise Agrupada

A análise conjunta fornece uma visão abrangente das dinâmicas regionais que afetam o IDE. A identificação de padrões comuns, como a importância dos Tratados Multilaterais de Investimento e dos Acordos Bilaterais de Investimentos, sugere que os investidores valorizam a estabilidade e as garantias jurídicas proporcionadas por esses tratados em países que podem ser economicamente ou politicamente instáveis. Este resultado vai de encontro com a visão defendida por Frenkel e Walter (2019), o que o torna particularmente relevante para a formulação de políticas públicas, uma vez que a expansão e consolidação desses tratados podem ser uma estratégia eficaz para aumentar o IDE em países africanos.

A influência negativa da dependência de recursos naturais observada na análise conjunta, sublinha a necessidade urgente de diversificação económica, tal como mencionado na seção 4.2.1 e de igual modo, defendido por Owusu et al. (2021). Na presente pesquisa, as economias africanas analisadas, sobretudo aquelas com maior volume de captação de IDE, apresentam

forte dependência nos seus recursos naturais, o que os impede de atrair IDE para outros setores da economia.

Por fim, a análise conjunta, seja ela global, incluindo os 10 países selecionados, seja agrupada com 3 ou 5 países, destaca a complexidade das interações entre diversas variáveis económicas, tais como a taxa de câmbio e a inflação, estas que de alguma forma podem gerar efeitos diferenciados dependendo do contexto de cada economia em especial. Assim, uma das principais descobertas da nossa pesquisa é que apesar das semelhanças económicas, culturais e de proximidade, as políticas económicas não devem ser aplicadas de forma homogénea para diferentes regiões ou países, mas sim as mesmas devem ser adaptadas de acordo com a realidade e contexto de cada país.

De acordo com a literatura e análise estatística percebemos que existe uma necessidade da diplomacia angolana ser reposicionada, no sentido de estar orientada na projeção da sua imagem, por meio de ações concretas que visam atrair investimento direto estrangeiro. Estas ações estão relacionadas com uma melhor abordagem nos seus acordos bilaterais de investimento, pois compreende-se que estes são elementos impulsionadores do IDE nos países africanos. Adicionalmente é importante referir que uma maior assertividade na atuação da rede diplomática poderá ser um caminho para melhorar o fluxo de IDE que o país consegue capturar, pois nas últimas décadas a economia angolana tem demonstrado muita fragilidade na sua política de atração de IDE, o que levou a uma queda de mais de 50% do stock de IDE no período de 2011 a 2022, sendo este um sinal claro que além de não conseguir captar o IDE, o país não está a transmitir confiança aos investidores a fim de reter o IDE existente.

Tal como apresentamos no capítulo 3, os países africanos selecionados para nossa análise, que dispõem de um maior número de embaixadas e consulados em regra apresenta um elevado fluxo de IDE, para muitos desses, além de possuírem uma vasta rede diplomática, também dispõem de elevado número de acordos. Numa combinação estatística, onde procuramos relacionar as redes diplomáticas, os acordos bilaterais e multilaterais de investimento e o IDE acumulado, para estabelecer um ranking, percebemos que países como, África do Sul, Egípto, Argélia e Nigéria situam-se nas quatro primeiras posições, como se pode observar na tabela 4.6, Angola situa-se na 7ª posição, isso que pode ser um sinal de que a diplomacia angolana para atração de IDE em relação aos seus pares tem sido menos eficiente.

Tabela 10 - Ranking da Diplomacia Económica mais Eficiente

Países	Redes Diplomáticas <sup>3</sup>	Acordos Bilaterais e Tratados Multilaterais de Investimento	Stock de IDE <sup>4</sup>	Soma	Posição
África do Sul	1	2	1	4	1º
Egito	2	1	2	5	2º
Argélia	3	3	5	11	3º
Nigéria	5	5	3	13	4º
Líbia	4	4	6	14	5º
Moçambique	9	6	4	19	6º
Angola	7	8	7	22	7º
Namíbia	6	9	8	23	8º
Cabo Verde	8	7	10	25	9º
Botsuana	10	10	9	29	10º

**Fonte:** Elaboração própria

Com base nos resultados da nossa pesquisa, as políticas de promoção dos recursos naturais têm se revelado mais eficientes para atrair IDE em vários países africanos, sobretudo, Angola, Nigéria, Argélia e África do Sul, embora esta estratégia também pode ter um efeito contrário, ao se tornar um fator inibidor do IDE nesses países. O aumento de acordos bilaterais, controlo da taxa de câmbio e inflação têm sido algumas das estratégias adotadas por países africanos como a Namíbia, Moçambique e África do Sul.

<sup>3</sup> Incluem as embaixadas, consulados e missões diplomáticas. A pontuação foi atribuída de acordo com o somatório desses canais. Quanto maior a rede diplomática, melhor posicionado o país, de forma ordinal.

<sup>4</sup> IDE acumulado ao longo do período em análise (1990 à 2022).

## CAPÍTULO 5

### Conclusões

No presente estudo desafiamos-nos a dissertar sobre o papel da diplomacia económica na atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), um tema que pela sua dinâmica e complexidade não se resume, tão pouco, se conclui no presente trabalho de investigação.

O IDE sendo um capital de fora para dentro de uma certa economia, caracterizado como investimento transfronteiriço, ele é disputado por muitos Estados, pois além de ser um capital estável, ele proporciona melhoria no ambiente de negócios, através do aumento da competitividade, gera novos postos de trabalho e permite a transferência de *know-how*. De acordo com a presente pesquisa, percebemos que, apesar do continente africano dispor de um mercado que absorve cerca de 14% da população mundial, é o continente que menos absorve IDE ao longo dos anos, e quando consegue absorver esse IDE é destinado ao setor extrativo, sobretudo a indústria petrolífera, pelo que, Angola não tem sido a exceção dentro dessa equação.

A nossa linha de investigação foi norteada por três questões fundamentais, (1) Qual é o papel da diplomacia económica angolana na captação de IDE? (2) Como se posiciona a diplomacia económica angolana em relação aos seus pares regionais? (3) Quais estratégias específicas têm se revelado eficazes na promoção e facilitação do IDE em África, especialmente em Angola?

Para responder as questões de pesquisa, definimos a metodologia que entendemos ser mais adequada. Resultado de leitura exploratória, a investigação foi iniciada com uma revisão da literatura baseada essencialmente em artigos científicos que discutem sobre matérias relacionadas com o IDE, sobretudo, nos países africanos. Ora, essa análise exploratória permitiu-nos identificar algumas variáveis que de acordo com a literatura apresentam-se como relevantes para atração de IDE, tais como, o PIB per capita, a inflação, a taxa de câmbio, subscrições de telemóvel por cada 100 pessoas, abertura comercial e o total de recursos naturais sobre o PIB. Junto dessas variáveis procuramos adicionar algumas variáveis explicativas relacionadas com a diplomacia económica, nomeadamente, os acordos bilaterais e os tratados multilaterais de investimento para perceber a influência que as mesmas têm sobre o IDE.

A nossa análise circunscreveu-se em 10 economias africanas, que foram selecionadas de acordo com três critérios, nomeadamente, a localização geográfica, a proximidade

cultural/linguística e a semelhança económica, sendo selecionados os seguintes países: Angola, África do Sul, Botsuana, Namíbia, Nigéria, Moçambique, Cabo-Verde, Argélia, Líbia e o Egito.

Uma primeira conclusão que se consegue tirar do presente estudo é que a maior parte do volume de IDE atraído pelos países africanos está relacionado com a disponibilidade de recursos naturais, e isso tem sido a limitação de muitos desses estados para diversificarem as suas economias. Por outro lado, as regressões apontam que o aumento da exploração dos recursos naturais retrai o IDE em outros setores da economia, facto que sugere uma reforma nas políticas económicas desses países.

Além de uma análise agregada, procuramos efetuar uma análise por país, o que resultou em uma conclusão interessante. Percebemos que apesar da localização geográfica, proximidade cultural e semelhança económica, os determinantes de IDE variam em função da dinâmica económica de cada Estado, o que implica que, uma certa medida optada por determinado país e que resultou no aumento do IDE, pode não ser eficaz quando aplicada noutra economia sem que sejam observados outros fatores relevantes.

Apesar da especificidade de cada economia, estatisticamente, ao longo da pesquisa percebemos que determinados instrumentos da diplomacia económica são fundamentais na atração de IDE, nomeadamente as redes diplomáticas e os acordos bilaterais e multilaterais de investimento, sendo que estes últimos são uma das formas para transmitir confiança e segurança aos investidores de países terceiros. Os modelos de regressão gerados apontaram para mesma conclusão, sugerindo um nível de significância elevado para essas variáveis. Desse modo, é recomendável que os países africanos melhorem a sua abordagem diplomática, através da ratificação de tratados de investimento internacional e de acordos bilaterais entre os Estados.

Ora, quanto a nossa primeira questão de investigação, concluímos que a diplomacia angolana tem de melhorar a sua abordagem, pois nota-se elevada ausência de acordos bilaterais, que se revelou uma variável fundamental na atração de IDE. Para nossa segunda questão de pesquisa, podemos nos ater na comparação entre a diplomacia económica angolana e a moçambicana, de acordo com os dados estatísticos, é possível observar que apesar de Angola dispor de uma rede diplomática com 95 canais e Moçambique 70, este último tem procurado tirar maior proveito, tendo acumulado até 2022 um total de 38 acordos (bilaterais e multilaterais) de investimento, ao passo que Angola tem apenas 27. Sublinhar ainda que o stock de IDE de Moçambique é 3 vezes superior quando comparado ao de Angola, o que pode ser um reflexo da eficiência da sua diplomacia económica.

Quanto a terceira questão de pesquisa, concluímos que, as políticas de promoção dos recursos naturais têm se revelado mais eficientes para atrair IDE em vários países africanos. Alguns destes países têm procurado implementar reformas económicas, no sentido de aumentar a sua presença global, por meio de acordos bilaterais e participação direta no comércio internacional. Internamente, alguns destes Estados procuram controlar a taxa de câmbio e a inflação, medidas que têm sido abaladas pela flutuação dos preços das *commodities*, sobretudo o petróleo.

### **5.1. Limitações da Pesquisa**

Este tema é revestido por uma dose significativa de complexidade, pois as conclusões aqui apresentadas não são as únicas, uma vez que a atração de IDE está relacionada com uma combinação de elementos, apesar de alguns apresentarem-se mais significativos do que os outros. Como limitação da presente pesquisa foi o facto de não ter sido possível realizar as entrevistas que estavam previstas com os órgãos responsáveis pela área de políticas de atração de IDE do Ministério das Relações Exteriores e da Agência de Promoção de Investimento Privado de Angola. Por outro lado, a análise de apenas 10 países pode não refletir a realidade de todas as regiões do continente, a falta de dados completos no caso de alguns países, como a Líbia e Moçambique podem ter enviesado o nosso modelo global de regressão. Por fim, a inclusão de algumas variáveis no modelo, como a evolução dos canais diplomáticos ao longo dos anos por país, a qualidade da regulação e o nível de perceção do risco país podem ser variáveis relevantes em pesquisas futuras.

### **5.2. Sugestões para Investigações Futuras**

Como sugestão para estudos futuros, sugerimos que seja alargada a análise para um número maior de países, que sejam incluídas variáveis que capturem a qualidade do ambiente de negócio, tais como o processo e o tempo para constituição de uma empresa, eficiência jurídica, nível de inovação, nível de liberdade e democracia.

Outra investigação que poderá ser interessante e vir a contribuir para estudo dessa temática seria uma análise isolado dos países, com o objetivo de compreender quais os setores e países terceiro que mais investem em determinados países anfitriões, bem como uma análise criteriosa no conteúdo dos acordos bilaterais nos países africanos.



## Referências Bibliográficas

- Accioly, H., Silva, G. E. do N. e, & Casella, P. B. (2012). *Manual de Direito Internacional Público* (20th ed.). Saraiva.
- Acemoglu, D., & Robinson, J. (2006). *Economic Origins Of Dictatorship And Democracy*. Cambridge University Press.
- Amuka, J., & Fidelis Ezeudeka. (2017). Tax Incentives and the Flow of Foreign Direct Investment to Non-Oil Sector: Empirical. *Asian Journal of Social Sciences and Management Studies*, 4(1), 57–64. <https://doi.org/10.20448/journal.500/2017.4.1/500.1.57.64>
- Asiedu, E. (2002). On the Determinants of Foreign Direct Investment to Developing Countries: Is Africa Different? *World Development*, 30, 107–119. [www.elsevier.com/locate/worlddev](http://www.elsevier.com/locate/worlddev)
- Asiedu, E., & Lien, D. (2011). Democracy, foreign direct investment and natural resources. *Journal of International Economics*, 84(1), 99–111. <https://doi.org/10.1016/j.jinteco.2010.12.001>
- Baccini, L. (2018). *The Economics and Politics of Preferential Trade Agreements*. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-050317>
- Badamasi Sani Mohammed. (2022). Determinants of Foreign Direct Investment in Sub-Saharan African Countries. *International Journal of Business and Applied Economics*, 1(1), 1–12. <https://doi.org/10.55927/ijbae.v1i1.1522>
- Bayne, N., & Woolcock, S. (2017). *The New Economic Diplomacy - Decision-making and negotiation in international economic relations: Vol. fourth Edition* (4th ed.). Routledge.
- Bello Ajide, K., & Lanre Ibrahim, R. (2022). Bayesian model averaging approach of the determinants of foreign direct investment in Africa. <https://doi.org/10.1016/j.inteco.2022.09.002>
- Bénassy-Quéré, A., Coupet, M., & Mayer, T. (2007). Institutional Determinants of Foreign Direct Investment. *World Economy*, 30(5), 764–782. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9701.2007.01022.x>
- Berridge, G. R. (2010). *Diplomacy: Theory and Practice* (4th ed.). Palgrave Macmillan.
- Blonigen, B. A., & Piger, J. (2014). Determinants of Foreign Direct Investment. *Canadian Journal of Economics*, 47(3), 775–812. <https://doi.org/10.1111/caje.12091>
- Chatterjee, C. (2020). Economic Diplomacy and Foreign Policy-making. In *Economic Diplomacy and Foreign Policy-making*. Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-49047-8>

- Choi, S. (2023). Measuring economic diplomacy using event study method: the case of EU-China summit talks and Airbus stock price changes. *Asia Europe Journal*, 21(2), 155–171. <https://doi.org/10.1007/s10308-023-00660-2>
- Cohen, S. D. (2007). *Multinational Corporations and Foreign Direct Investment : Avoiding Simplicity, Embracing Complexity*. Oxford University Press.
- Côté, C., Estrin, S., & Shapiro, D. (2020). Expanding the international trade and investment policy agenda: The role of cities and services. *Journal of International Business Policy*, 3(3). <https://doi.org/10.1057/s42214-020-00053-x>
- Dunning, J. H. (1980). Toward an Eclectic Theory of International Production: Some Empirical Tests. *Journal of International Business Studies*, 11(1), 9–31. <https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8490593>
- Dunning, J. H. (2002). *Theories and Paradigms of International Business Activity*. Edward Elgar Publishing Limited.
- Frenkel, M., & Walter, B. (2019). Do bilateral investment treaties attract foreign direct investment? The role of international dispute settlement provisions. *World Economy*, 42(5), 1316–1342. <https://doi.org/10.1111/twec.12743>
- Friedman, T. L. (2000). *The Lexus and the Olive Tree*. Anchor Books.
- Gopalan, S., Park, C.-Y., & Rajan, R. S. (2023). Analyses of topical policy issues Do International Investment Agreements attract Foreign Direct Investment inflows? Revisiting the literature ☆. *Economic Analysis and Policy*, 80, 471–481. <https://doi.org/10.1016/j.eap.2023.09.002>
- Huang, Y., & Yang, Y. (2023). Determinants of Chinese energy OFDI location decisions and entry failure risk: The roles of public diplomacy endeavors and firm investment strategies. *Energy*, 267. <https://doi.org/10.1016/j.energy.2022.126570>
- International Monetary Fund. (2023). *World Economic Outlook: A Rocky Recovery*. International Monetary Fund.
- Keohane, R. O., & Nye, J. S. (2012). *Power and Interdependence* (Fourth).
- Kwablah, E., & Amoah, A. (2022). Geographical determinants of foreign direct investment: evidence from sub-Saharan Africa. *Transnational Corporations Review*, 86–97. <https://doi.org/10.1080/19186444.2022.2127393>
- Leal, C. M. (2017). O papel da diplomacia económica. In N. Crespo & M. J. Tomas (Eds.), *A Internacionalização da Economia Portuguesa - Caso de Sucesso Empresarial* (pp. 257–290). Temas e Debates - Circulo de Leitores.
- Lee, D. (2010). Economic Diplomacy. *Economic Diplomacy*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.384>

- Mearsheimer, J. J. (2014). *The Tragedy of Great Power Politics*. Norton & Company.
- Mody, A. (2007). *Foreign Direct Investment and the World Economy*. Routledge.
- Moosa, I. A. (2002). *Foreign Direct Investment - Theory, Evidence and Practice*. Palgrave Macmillan UK. <https://doi.org/10.1057/9781403907493>
- Nambie, N. B. (2022). Foreign direct investment and macroeconomic stability in africa does governance matter. *International Journal of Economics, Commerce and Management* . <http://ijecm.co.uk/>
- Nye, J. S. (2004). *Soft power : the means to success in world politics*. Public Affairs.
- Okafor, L. E., Hassan, M. K., Rashid, M., Prabu, D., & Sabit, A. (2022). Risk dimensions, risk clusters, and foreign direct investments in developing countries. *International Review of Economics and Finance*, 82, 636–649. <https://doi.org/10.1016/j.iref.2022.07.013>
- Onyeiwu, S., & Shrestha, H. (2004). Determinants of foreign direct investment in Africa. *Journal of Developing Societies*, 20(1–2), 89–106. <https://doi.org/10.1177/0169796X04048305>
- Owusu, G. M. Y., Saat, N. A. M., Suppiah, S. K. D., & Eric, A. (2021). Foreign Direct Investments Determinants of Foreign Direct Investment in Africa: The Role of International Accounting Standards. *African Journal for Management Research*, 33–29. <https://doi.org/https://dx.doi.org/10.4314/ajmr.v28i2.4>
- Peterson, J., & Cowles, M. G. (1998). Clinton, Europe and economic diplomacy: What makes the EU different? *Governance*, 11(3), 251–271. <https://doi.org/10.1111/0952-1895.00071>
- Ruffini, P.-B. (2016). International Trade and Foreign Affairs Some Reflections on-Economic Diplomacy. *Journal Of International Logistics And Trade*, 14(1), 3–28.
- Saner, R., Yiu, L., Aggestam, K., Berridge, G., & Sharp, P. (2003). *International Economic Diplomacy: Mutations In Post-Modern Times*. [www.clingendael.nl/cli/publ/diplomacy/pdf](http://www.clingendael.nl/cli/publ/diplomacy/pdf)
- Sarker, B., & Serieux, J. (2023). Multilevel determinants of FDI: A regional comparative analysis. *Economic Systems*. <https://doi.org/10.1016/j.ecosys.2023.101095>
- Slaughter, A.-M. (2004). *A new world order*. Princeton University Press.
- Tegegne, H. G. (2024). Outward looking foreign direct investment and its determinants in highly indebted Eastern African countries. *PLoS ONE*, 19(2 February). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0297142>
- Thamer, N. R. (2013). Globalisation and Its Impact on Economic Diplomacy – An Emperical Study of Kuwait. *IOSR Journal of Business and Management*, 15(1). <https://doi.org/10.9790/487x-1515459>